



Confira!

Coluna Sindicatos | página 46
Agenda de Eventos | página 51

**en
tre
vis
ta**

Página 30

**CORONEL
TELHADA**

Frente parlamentar pela defesa e valorização dos profissionais de segurança pública e da segurança privada é lançada no Congresso nacional **pág. 12**

Reunião de diretoria e confraternização encerram as atividades oficiais de 2023 **pág. 24**

Presidente da Fenavist se reúne com líder do governo no Congresso em busca da aprovação do Estatuto da Segurança Privada **pág. 14**

Inscrições para os prêmios mérito em serviço e benemérito da segurança se encerram no dia 12 de janeiro **pág. 33**



ISC BRASIL

O MAIS IMPORTANTE EVENTO DE SEGURANÇA INTEGRADA

A expertise mundial, que só a ISC Brasil tem, a serviço da inovação, networking e negócios.

São 3 dias de evento e muitas oportunidades para fabricantes, distribuidores, integradores e prestadores de serviços. As principais marcas e os maiores gestores de segurança do país, reunidos num grande encontro em setembro de 2024, na capital paulista.

Confira os números da ISC Brasil:

+ **120** MARCAS EXPOSITORAS

+ **18 MIL** VISITANTES

+ **30 HORAS** DE CONTEÚDO

+ **23 MIL** LEADS GERADOS

*Dados da edição de 2023.

GARANTA SEU LUGAR!

SAIBA MAIS:



www.iscbrasil.com.br

f [iscbrasil](#)

@ [iscbrasiloficial](#)

in [iscbrasil](#)

Apoio Oficial:



Organização e Promoção:



COMO NÃO SE INDIGNAR?

Recentemente, nos deparamos com um aniversário que não gostaríamos de comemorar. Há exatos sete anos, a Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Segurança Privada e encaminhou o projeto para a última análise no Senado Federal.

Sete anos. Isso mesmo, você não está lendo errado. Quase uma década de espera. A inércia do Senado é tão grande que o Estatuto foi arquivado por não ter sido votado na legislação anterior. Iremos mudar isso com a aprovação de um dos dois requerimentos apresentados, que aguardam a inclusão na pauta, com mais de 30 assinaturas de senadores pedindo o desarquivamento do projeto. Em meio a essa paralisia inexplicável, somos submetidos a todo o tipo de provação.

Nos últimos 10 anos, perdemos cerca de 200 mil postos de emprego. A maioria das vagas poderia ter sido mantida se o Estatuto já tivesse sido aprovado. Na verdade, milhares de novos empregos teriam sido gerados. O pior é que se a nova legislação não for aprovada, segundo especialistas, continuaremos a perder 20 mil postos de trabalho ao ano na próxima década, um encolhimento sem precedentes. Mais uma pancada na economia do Brasil, uma vez que geramos, atualmente, meio milhão de empregos diretos, na segurança das instituições financeiras, dos patrimônios e das pessoas, e somos um dos maiores pagadores de impostos do País.

Além da atualização das normas, da segurança jurídica, da regulamentação da segurança eletrônica, a nova lei é imprescindível para o combate à clandestinidade, grande câncer que se prolifera no nosso setor. Hoje, segundo estimativas, pelo menos um milhão de pessoas atua na área de segurança na informalidade, o dobro de profissionais que empregamos. Imaginem a evasão fiscal, o que acontece de ilegal e criminoso praticado por pessoas sem escrúpulos e que se utilizam de armas contrabandeadas, crimes fora do controle da Polícia Federal, que, sem uma legislação mais eficiente, não tem como punir e criminalizar os infratores. Mas sabemos que, quando o crime acontece, quando pessoas despreparadas agredem e matam, quem paga a conta é o empresário devidamente legalizado, porque o clandestino foge ao controle da Polícia Federal e ninguém sabe onde ele se esconde.



Não bastasse a falta de uma legislação mais atual que regulamente o setor da segurança privada no País, o Congresso Nacional poderá nos impor mais uma derrota, uma facada que fará sangrar ainda mais o nosso segmento. Apesar de modificações feitas no Senado, o texto da reforma tributária é extremamente prejudicial ao setor de serviços, principalmente para as atividades com grande incidência de mão de obra, como é o caso da segurança privada. Alguns economistas falam em aumento de até 200% na tributação.

Lamentavelmente o Congresso Nacional ignora completamente o nosso potencial econômico e de geração de empregos ao deixar a segurança privada de fora dos setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamento. Apenas os 17 setores já contemplados, que recebem a alcunha de serem os maiores empregadores do País, quando muitos nem chegam perto dos nossos números, foram contemplados com a prorrogação do benefício até 2027. O presidente Lula vetou a proposta, mas é consenso entre deputados e senadores que a decisão será mudada pelo Congresso.

Diante de tudo isso, indignação é o que resume muito bem o que o setor tem sentido.

Não pensem, porém, que seremos vencidos! A frustração do momento é o combustível que nos fará trabalhar ainda mais para mudar essa situação. A história da segurança privada no Brasil é de desafios e sempre vencemos todos. Não vai ser agora que vamos desistir.

Desejo a todos um Feliz Natal e um Ano-Novo de muitas conquistas e energia redobrada para vencermos todos os desafios.

Juntos, somos mais fortes!

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alex Bortoletti , Alípio José Castelo Branco Junior, Amílto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Dílmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto , Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jerfferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin , Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlins Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salete Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotto, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Cledemar Antonio Mazzochin, Denilson Colodetti Pinheiro, Eginaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jerfferson Simões, Lélío Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélío Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUIE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 ISC Brasil 2023 é marcada por visitação recorde e público altamente qualificado

7 Sindesp-PR e Seac-PR promovem 39ª edição do Geasseg em Curitiba

8 Artigo: Parecer Econômico sobre os artigos 428 e 429 da CLT e demais normas sobre a contratação do Aprendiz

12 Frente parlamentar pela defesa e valorização dos profissionais de segurança pública e da segurança privada é lançada no Congresso Nacional

14 Presidente da Fenavist se reúne com líder do governo no congresso em busca da aprovação do Estatuto da Segurança Privada

16 Artigo: Novos riscos, ameaças, exigências de segurança digital e resiliência

19 Selo Segurança sem Preconceito supera a marca de 100 empresas e sindicatos certificados

20 Artigo: Sindicatos precisam se antecipar e orientar os contratantes quanto às especificidades na contratação de segurança privada

24 Reunião de Diretoria e confraternização encerram as atividades oficiais de 2023

28 Artigo: 2023... em alguns números

30 Entrevista: Deputado Federal Coronel Telhada

33 Inscrições para os prêmios Mérito em Serviço e Benemérito da Segurança se encerram no dia 12 de janeiro

34 Artigo: Novo Governo: falta articulação política

36 Trajetória Segura: Percival Aracema

38 Fenavist lança manual sobre a nova Lei de Licitações

39 Dica de leitura: Ataques às Escolas no Brasil: Análise do Fenômeno e Recomendações para a Ação Governamental

40 Artigo: A economia, suas fases e variáveis políticas

42 Artigo: TST x STF

44 Coluna fenavist

46 Coluna Sindicatos

48 Coluna Gente

50 lista sindicatos

51 Agenda



ISC Brasil 2023 é marcada por visitação recorde e público altamente qualificado

Estande da Fenavist e do Sesvesp recebeu dezenas de empresários de todo o País

A 16ª edição do ISC Brasil 2023, realizada entre os dias 19 e 21 de setembro, em São Paulo, registrou recordes de público e negócios. Os corredores transbordaram de visitantes, e a retomada dos grandes negócios marcou o evento. A visitação notável, superando as edições anteriores, e a presença de um público altamente qualificado, composto principalmente de compradores e tomadores de decisão da indústria, destacaram essa edição como histórica.

Durante três dias intensos e com mais de 120 marcas expositoras, o evento reuniu os principais players da Segurança Eletrônica, Condominial e Urbana, além de autoridades e entidades do setor, gerou negócios e proporcionou discussões enriquecedoras sobre segurança, além de apresentar as últimas inovações do setor.

A edição superou todas as expectativas, consolidando a ISC Brasil como o principal ponto de encontro para inovação e negócios no mercado de segurança no Brasil.

Kasia Hanson, diretora global do ecossistema de cibersegurança da Intel, foi o destaque internacional do congresso dessa edição da feira, palestrando sobre o poder da IA na segurança.

Jacqueline Gagliano, gerente de produto da ISC Brasil, celebrou os resultados históricos do evento "Esta edição da ISC Brasil marcou um ponto de virada na retomada do evento, evidenciado pela notável visitação e a presença significativa de compradores e tomadores de decisão da indústria de segurança. Tais indicadores ressaltam um momento

extraordinariamente oportuno para o setor, em que a confiança no investimento em soluções de segurança está em ascensão, as discussões e inovações continuam a prosperar, e o networking intensivo enriqueceu a experiência, solidificando a perspectiva de um futuro notavelmente promissor. A ISC Brasil se firma, cada vez mais, como um dos principais eventos de segurança do mundo, ao lado de outros eventos líderes globais no portfólio da RX, reforçando sua relevância no calendário internacional de segurança".

Para este ano, a ISC Brasil disponibilizou um espaço exclusivo de negociações entre os visitantes, que funcionou por meio de agendamento de reuniões entre compradores qualificados e expositores.

Casa da Segurança Privada

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) repetiram a parceria de sucesso com um estande em área privilegiada da Feira.

O local recebeu dezenas de empresários de todo o País, além de contratantes. Negócios foram fechados, além de uma intensa troca de conhecimento e network. Visitantes em geral também puderam conhecer melhor sobre a segurança privada e tirar d vidas.

A próxima edição da ISC Brasil já tem data, ocorrerá entre os dias 25 e 27 de setembro de 2024, no Expocenter Norte, em São Paulo.

Sindesp-PR e Seac-PR promovem 39ª edição do Geasseg em Curitiba

Evento foi realizado em parceria com a Fenavist e a Febrac

Curitiba recebeu no final do mês de outubro a 39ª edição do Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg). O evento contou com a organização do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), presidido por Alfredo Ibiapina, e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná (Seaac-PR), presidido por Rogério Bueno de Queirós. Contou também com o apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e da Federação Nacional das Empresas de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac).

No discurso da abertura do evento, Alfredo Ibiapina ressaltou a importância dos executivos para os sindicatos e como estes são essenciais para a distribuição de informações entre sindicato e associados. O presidente lembrou ainda o início de sua carreira como presidente do Sindesp-CE e a clara evolução dos sindicatos de Segurança Privada ao longo dos anos. Em sua avaliação, isso é resultado direto da colaboração entre as instituições de diferentes estados e também da união que encontros como esse podem proporcionar e reforçar.

O presidente do Sindesp-PR afirmou ainda que os verdadeiros gestores dos sindicatos são seus executivos, destacando que são eles os responsáveis não apenas pela interação com os associados, mas também pela comunicação direta com o presidente sobre os temas ligados às lutas da entidade.



Com isso, Ibiapina frisou que a troca de ideias entre os executivos desencadeia maior profissionalismo para o sindicato.

O presidente do Seac-PR, por sua vez, reafirmou a importância do trabalho dos executivos para a manutenção do sindicato, para que os associados saibam sua finalidade e quais as vantagens de participar ativamente da entidade.

Programação

A programação do evento contou com palestras de Rodrigo Saporiti, que abordou os aspectos da liderança eficaz. Já Marcos Sousa fez uma apresentação com o tema "Seja Extraordinário". O encontro contou ainda com a participação do chefe de Relações de Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho do Paraná, Luiz Fernando Fávaro Busnardo.

As atividades incluíram debates sobre assuntos da área da segurança privada e gestão de pessoas. Foram abordados tópicos como o modelo de férias e também a regulamentação no caso de pessoas com deficiência e aprendizes.

Realizado semestralmente, o Geasseg tem como objetivo principal a reunião dos executivos para o compartilhamento de boas práticas sindicais, apresentação de casos de sucesso em suas bases e o intercâmbio de ideias e informações que contribuem para fortalecer os setores representados.

Parecer Econômico sobre os artigos 428 e 429 da CLT e demais normas sobre a contratação do Aprendiz



Vilson Trevisan

Consultor Econômico da Fenavist

Há um desafio real para as empresas de vigilância, especialmente no que diz respeito à incompatibilidade entre as exigências da lei e a natureza das atividades noturnas e perigosas.

A Lei estabelece as cotas sem qualquer análise fundamentada pelo potencial econômico de cada empresa, ou seja, seu teor não proporciona qualquer contraditório.

Além disso, a legislação proíbe que o menor aprendiz trabalhe em horário noturno. As empresas terceirizadas de vigilância, em especial, possuem um contingente expressivo de postos de trabalho de 12 horas noturnas, ou mesmo de 24 horas diárias, absorvendo, nesses postos, o horário compreendido entre as vinte e duas horas até as cinco horas do dia seguinte.

Para a medição da cota, essa proibição é considerada irrelevante, ou seja, mesmo sendo proibido, não há qualquer restrição na contabilização do percentual obrigatório.

A Lei também estabelece que o menor aprendiz não pode ficar exposto à insalubridade ou periculosidade, a não ser que ele possua mais de dezoito anos de idade. Na profissão de vigilante, é reconhecida a periculosidade, de acordo com a Lei nº 12.740/2012, que alterou o artigo 193 da CLT, determinando que a profissão do vigilante é perigosa.

O artigo 405 da CLT identifica que é incompatível o menor aprendiz trabalhar com periculosidade/insalubridade.

O Decreto 9.579, em seu art. 52, estabelece que devem ser incluídas no cálculo da porcentagem do número de aprendizes todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos, considerada a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

No art. 53, a contratação de aprendizes deve atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico ou moral dos adolescentes aprendizes.

O § 1º permite que as atividades práticas da aprendizagem possam ser atribuídas, quando for o caso, a jovens aprendizes com idade entre dezoito e vinte e quatro anos.

O vigilante, para exercer sua profissão, deve ter idade superior a 21 anos e ter completado o ensino fundamental, conforme o artigo 16, Incisos I e II, da Lei nº 7.102/83.

Assim, a abrangência do contingente que possui 16 faixas etárias, dessas, apenas 4, situadas entre as idades de 21 a 24 anos, seriam efetivamente abrangidas pela cota, na citada atividade.

Dessa forma, as empresas de vigilância deveriam contabilizar como obrigações na cota apenas as faixas etárias compatíveis com a atividade, ou seja, corresponderiam a 4/16 (quatro dezesseis avos), resultando em 1,25% ($5\% \div 16 \times 4$), em que 5% é a cota, 16 faixas etárias totais e apenas 4 que podem ser legalizadas.

Outro ponto válido para a análise é a IN 146, em seu artigo 13º, segundo o qual a redução do quadro de pessoal, mesmo em razão de dificuldades financeiras ou de conjecturas econômicas desfavoráveis, impede a empresa de readequar o seu contingente de aprendizes, obrigando-se a mantê-los em seus quadros até o término final desses contratos.

As empresas terceirizadas possuem contratos com duração de 12 meses; em alguns casos, os contratos emergenciais podem variar de 90 a 180 dias. Nesse caso, as cotas, se aplicadas pelo volume e em caso de término dos contratos, qual a possibilidade econômica de a empresa manter o cumprimento integralmente da sua cota?

O maior contratante é o Estado, que não recebe o menor aprendiz em sua demanda por terceirização, ou seja, terceirizam os serviços comuns, mas no custo não há vaga para o seu repasse.



Para fins de reflexão no contexto da lei, imaginemos uma situação que possa produzir o entendimento de cada atividade por sua natureza econômica, em especial a terceirização.

O exemplo apresenta de forma hipotética o comparativo entre uma rede de supermercados, com 1.500 profissionais, e uma empresa terceirizada que contém em seus quadros o mesmo número de profissionais. Para o desenvolvimento da tese, tome-se o piso salarial igual das duas atividades estabelecido em R\$ 1.650,00, considerando-se que o salário é que forma a base do valor dos serviços prestados em terceirização.

O supermercado fatura mensalmente R\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais), e seu lucro bruto é de 10%, que corresponde a 19.800.000,00 (dezenove milhões e oitocentos mil reais). Retirados os tributos de 34% referentes ao IRPJ e à CSLL, tem-se o lucro líquido de 13.068.000,00 (treze milhões e sessenta e oito mil reais).

Já a empresa terceirizada, no mesmo patamar de colaboradores (1.500), produzirá um faturamento de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), com o mesmo percentual de lucro 10% (R\$ 840.000,00). Desse montante, retirados os mesmos 34% dos tributos, ela terá um lucro líquido de R\$ 554.400,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Para completar a hipótese, ambas foram obrigadas a manter a cota de 5% sobre o seu contingente físico, considerando-se que a primeira empresa ocupa os seus aprendizes em suas atividades. Já na empresa terceirizada, esse custo não tem repasse ao tomador de serviços.

Ambas devem contratar 75 menores aprendizes, ao custo individual de R\$ 2.000,00, totalizando R\$ 150.000,00. O impacto no lucro líquido do supermercado será de $R\$ 150.000,00 \div R\$ 13.068.000,00 = 1,15\%$, enquanto na terceirizada, $R\$ 150.000,00 \div R\$ 554.400,00 = 27,06\%$.

A legislação poderia ser mais flexível, levando em conta as particularidades de cada setor. Além disso, a análise do impacto percentual no lucro líquido destaca a necessidade de equidade na aplicação da lei entre diferentes tipos de empresa.

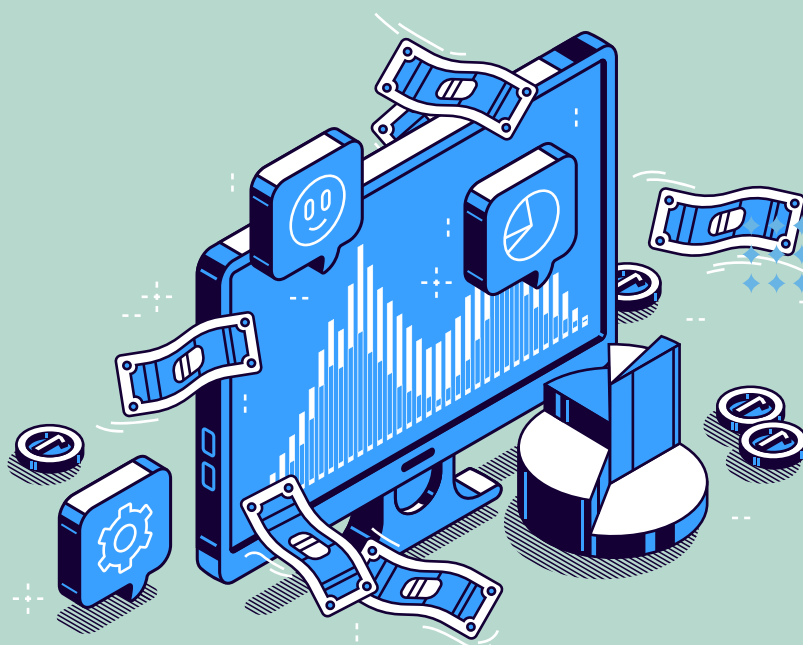
Em última análise, a reflexão sobre alternativas e circunstâncias é crucial para garantir que a lei alcance seus objetivos sem prejudicar desproporcio-

nalmente alguns setores. É um debate complexo e multifacetado, em que o equilíbrio entre justiça social e viabilidade econômica é fundamental.

A incorporação da nova lei de licitações, que torna obrigatório o cumprimento da reserva de cargos de aprendizes e pessoas com deficiência, adiciona complexidade ao cenário. O desafio de cumprir cotas durante a execução contratual e na extinção contratual destaca a necessidade de soluções flexíveis e equilibradas.

A nova lei de licitações, em seu artigo 93, inciso XVII, torna obrigatório o cumprimento da reserva de cargos de aprendizes e pessoas com deficiência. Assim, como previsto no artigo 116, durante a execução contratual, se não houver o cumprimento das cotas, promove-se a extinção contratual conforme previsto no artigo 137.

Tendo em vista as circunstâncias acima e a análise do artigo 63 da mesma lei, na qual é previsto que o valor da proposta atenda integralmente aos direitos trabalhistas dispostos na Constituição Federal, nas normas infralegais, nas leis trabalhistas, nas convenções e nos acordos trabalhistas e até nos termos de ajustamento de condutas, tem-se automaticamente que a solução está em contratar menores que, não podendo exercer suas funções, que se determine o custo percentual que ele representa no contrato e se faça o repasse por meio de um item específico, com fundamento nos artigos 428 e 429 da CLT.



FUTURO

VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

Protegendo hoje, construindo o amanhã!

O INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA PRIVADA – INASEP, entidade sem fins lucrativos, visa unir, auxiliar e beneficiar estratégias que impulsionam o crescimento institucional, econômico, social, educacional e sindical das empresas de segurança privada, segurança eletrônica e transporte de valores.

Nossa missão é proporcionar uma unidade sólida, reunindo as forças de nossos membros em prol do setor.

O INASEP estabelece parcerias estratégicas com fornecedores de bens e serviços, oferecendo condições diferenciadas aos sindicatos patronais de vigilância e suas empresas filiadas, por meio de atendimento personalizado.

As parcerias promovidas pelo INASEP têm o objetivo de beneficiar as empresas de segurança privada, segurança eletrônica e transporte de valores, impulsionando a sustentabilidade financeira dos sindicatos patronais participantes e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST.

A colaboração é essencial para o crescimento mútuo e o fortalecimento do setor de segurança. E, convidamos você a conhecer mais sobre o INASEP, uma organização comprometida em impulsionar o desenvolvimento das empresas do segmento, formando uma base sólida para o futuro.

Conheça os nossos parceiros:



Saiba mais:

(61) 3327 - 5440

Whatsapp

(61) 99683-8749

inasep@inasep.org.br

SIGA O INASEP NAS REDES SOCIAIS



Junte-se ao INASEP, onde a Segurança e o Futuro caminham de mãos dadas!



FRENTE PARLAMENTAR PELA DEFESA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA SEGURANÇA PRIVADA É LANÇADA NO CONGRESSO NACIONAL

Colegiado é presidido pelo deputado Coronel Telhada (PP-SP)

Uma das principais atividades econômicas do País e fundamental para a proteção da população ao atuar de forma complementar à segurança pública, a segurança privada teve a importância reconhecida mais uma vez pelo Congresso Nacional. No último dia 10 de outubro, foi lançada na Câmara dos Deputados, em Brasília, a frente parlamentar pela defesa e valorização dos profissionais de segurança pública e da segurança privada. A iniciativa é do deputado federal Coronel Telhada (PP-SP), que também preside o colegiado.

“Tem por objetivo fortalecer os alicerces da segurança no país bem como valorizar o empenho, comprometimento e a bravura dos profissionais da segurança pública e privada (...) Atuando em diversas áreas como segurança patrimonial e pessoal, onde esses profissionais são de uma extensão superimportante para a estrutura da segurança, sua presença é vital para prevenir e coibir eventos que possam comprometer a segurança coletiva”, afirmou o parlamentar durante o lançamento.

O deputado Coronel Telhada também defendeu a aprovação do Estatuto da Segurança Privada ao lembrar que a atividade precisa de uma nova legislação que se adapte às necessidades do segmento. E destacou alguns dos benefícios do Estatuto: “Combate à clandestinidade, aumento da pena para crimes de roubo, furto e dano a carros-fortes. E também regulamentação do setor da segurança eletrônica”, elencou.

O parlamentar também ressaltou a importância de resolver outros entraves da atividade como a lei do menor aprendiz e a que estabelece as cotas para pessoas portadoras de deficiência.

“O fortalecimento dos profissionais da segurança pública e privada é essencial para a manutenção da sociedade. Por fim, gostaria de ressaltar que esse evento representa um passo significativo para reconhecer as dificuldades que esses agentes enfrentam diariamente e buscar soluções para promover uma segurança mais eficaz, justa e equitativa”, completou o deputado.

Representando a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o vice-presidente nacional da entidade e presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), Flávio Sandrini, apontou os motivos pelos quais a aprovação do Estatuto da Segurança Privada é fundamental para a atividade.

“Sabem todos que o serviço dos nossos vigilantes é de alta periculosidade, na segurança patrimonial, na segurança bancária e no transporte de valores por todo o País. Eles estão expostos diariamente a todo o tipo de violência e colocam as suas vidas em risco para executar o seu trabalho e proteger os cidadãos. (...) A criminalidade aumenta no País a passos largos, com a utilização de tecnologias

“O que acontece é que grandes empresas, supermercados, escolas, contratam segurança clandestina para a prestação de serviço clandestino de segurança privada”

avançadas na prática de crimes. A clandestinidade concorre com a segurança privada devidamente legalizada no Brasil, e, contra isso, temos que lutar todos os dias, porque, infelizmente, o nosso setor é regulamentado por uma legislação de 1983, a Lei nº 7.102, que há 40 anos está em vigor sem que haja uma atualização e modernização, para acompanhar a evolução da segurança privada no Brasil, a exemplo de outros países”, explicou Sandrini.

O vice-presidente da Fenavist pediu, ainda, o apoio dos parlamentares para aprovação da nova legislação. “Sem ela, vamos continuar a encolher, porque estamos lutando para sobreviver, mas, a cada ano que passa, perdemos mais e mais postos de trabalho de vigilantes. Para se ter uma ideia, em 2013, empregávamos 674.847 vigilantes e, dez anos depois, empregamos 485.073 vigilantes nas nossas mais de 2.500 empresas de segurança privada devidamente legalizadas no País. Perdemos quase 200 mil postos de trabalho, quando deveríamos poder ofertar a cada ano mais empregos e renda para os nossos trabalhadores. Perdemos diariamente para a clandestinidade, senhores”, afirmou.

Flávio Sandrini lembrou a questão econômica para o governo com a perda de arrecadação pela clandestinidade. “O número de empresas clandestinas que atuam no setor é mais que o dobro das empresas legalizadas, causando uma concorrência predatória. A estimativa é de que esse serviço clandestino movimenta mais de R\$ 60 bilhões por ano, valor este que escapa ao recolhimento de tributos”, argumentou.

A atuação do segmento no combate a qualquer tipo de preconceito também foi destacada, bem como a importância do Estatuto da Segurança Privada para tornar o trabalho ainda mais efetivo.

“Queremos ainda aproveitar esta oportunidade, aqui no Congresso Nacional, para dizer que em 98% dos eventos ocorridos, como o Caso Carrefour, no Rio Grande do Sul, em 2020, onde um cliente perdeu a vida; no Caso Atakarejo, na Bahia, em 2021; e outros casos, com o uso de grande violência, são praticados por segurança ilegal e clandestina. E quase sempre essa segurança clandestina é confundida pela sociedade como desempenhada por vigilantes de empresas de segurança privada. O que acontece é que grandes empresas, supermercados, escolas, contratam segurança clandestina para a prestação de serviço clandestino de segurança privada. Se a nova lei já tivesse sido aprovada, provavelmente casos como esses não teriam acontecido, por força da proibição desse tipo de contratação irregular, de seguranças despreparados para a atuação do serviço de segurança privada”, afirmou Sandrini.

Sandrini encerrou o discurso parabenizando o vigilante Jarlênio Procópio Alves, do Espírito Santo, que demonstrou toda coragem ao evitar uma tragédia em uma escola do Espírito Santo. “Devidamente contratado por empresa legalizada (...) salvou a vida da coordenadora de uma escola estadual, imobilizando a agressora armada. Não fosse a ação desse profissional, devidamente treinado, provavelmente teríamos mais uma tragédia em escola do nosso País.”

Contando com a adesão de mais de 200 parlamentares, a frente parlamentar da segurança privada vai atuar, em conjunto com a Fenavist, pela defesa de todos os projetos de interesse do setor da segurança privada em tramitação na Câmara dos Deputados.



PRESIDENTE DA FENAVIST SE REÚNE COM LÍDER DO GOVERNO NO CONGRESSO EM BUSCA DA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Assunto também foi discutido em almoço com parlamentares

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, reuniu-se, no dia 4 de outubro, com o líder do governo no Congresso Nacional e relator do Estatuto da Segurança Privada, senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), para tratar da votação do projeto ainda este ano.

Nazário ressaltou a importância da lei para impulsionar o setor, que, por falta de uma legislação atual, sofre com a perda de postos de trabalho a cada ano. Na última década, cerca de 200 mil vagas foram fechadas.

O presidente da Fenavist explicou que foi formalizado um acordo com todas as entidades ligadas à segurança privada, como a Fenavist, Fenaval, Contrasp e Febraban. Um documento conjunto assinado pelas entidades foi encaminhado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pedindo a celeridade na votação desse projeto tão importante para que o segmento volte a crescer. Estimase que até 700 mil empregos poderão ser criados com a sanção da nova lei da segurança privada.

O senador Randolfe foi muito receptivo e sensível aos problemas enfrentados pelas empresas. O parlamentar se comprometeu a conversar com os pares para o imediato desarquivamento do projeto e votação da matéria pelo Senado Federal o quanto antes.

Almoço com parlamentares

O Estatuto da Segurança Privada também foi um dos temas abordados em um almoço realizado no dia 12 de setembro, com senadores e deputados,



na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. Outro assunto bastante discutido foi a Reforma Tributária. Também participaram do encontro o coordenador-geral de Controle e Serviços da Polícia Federal, Cristiano Campidelli, e presidentes de sindicatos de todo o Brasil.

Em um rápido discurso, o presidente da Federação, Jeferson Nazário, demonstrou a preocupação do setor da segurança privada com o aumento de carga tributária expressiva, principalmente nos setores que prestam serviços contínuos com prevalência de mão de obra, como é o caso do segmento da segurança privada.

“Certamente teremos um grande impacto com o aumento de carga tributária. Sobre a folha de pagamentos, como os senhores sabem, pesa uma alta carga tributária no Brasil, e esse fato não está sendo levado em conta na Reforma Tributária. Não temos previsão de uma desoneração da folha de pagamento, tão importante para que possamos criar mais empregos e renda”, argumentou o presidente da Fenavist.

Nazário ressaltou que a segurança privada já empregou 750 mil vigilantes e que hoje conta com um contingente de 550 mil. A queda ocorreu em virtude da situação econômica dos últimos anos e a pandemia de covid-19. Por fim, pediu o apoio dos senadores para aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, que se encontra em análise no Senado Federal há mais de seis anos, depois de ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados em 2016.

“A nova lei que vai regulamentar a segurança privada no Brasil é muito importante porque estamos sendo regulados por uma lei de mais de 40 anos e que não acompanhou a modernização e o avanço tecnológico que aconteceram na segurança privada. Essa nova lei é de fundamental importância para a sobrevivência do nosso setor, para que possamos combater a clandestinidade e a informalidade. A segurança eletrônica é uma realidade, mas a Lei, de 1983, não regulamenta este setor que se encontra no limbo, sem uma legislação. Hoje, o que se vê são grandes empresas como supermercados, indústrias, condomínios, escolas, empresas de eventos e outros contratando pessoas despreparadas para uma função tão importante como a de proteger vidas e patrimônios, sem o rigor da lei e sem o controle por parte da Polícia Federal”, afirmou Jeferson Nazário.

Assim como o presidente da Fenavist, o coordenador-geral de Controle e Serviços da Polícia Federal, Cristiano Campidelli, defendeu a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Ele lembrou que a Lei nº 7.102, de 1983, está obsoleta. Ressaltou ainda que a legislação atual não permite que a PF combata a clandestinidade de forma efetiva.

“A clandestinidade está compensando. O que o Estatuto traz para nós? Traz ferramentas adequadas, a possibilidade (...). Hoje estamos com uma picareta de borracha para fazer buraco no asfalto. Bate, bate e não consegue furar. Precisamos de uma picareta de aço. É o Estatuto da Segurança que vai nos proporcionar isso”, afirmou o coordenador-geral de Controle e Serviços da Polícia Federal.

Campidelli recordou ainda diversos casos em que a utilização de vigilantes clandestinos acabou em tragédias recentes. Explicou que a clandestinidade causa prejuízo aos cofres públicos. “Se estamos falando de Reforma Tributária, de melhores e mais recursos para os cofres públicos, é preciso frisar que a clandestinidade acaba levando nossos tributos para o mercado negro, já que, hoje, temos de três a quatro vigilantes irregulares para cada vigilante regular neste País”, afirmou.

Apoio dos parlamentares

Um dos parlamentares presentes, o senador e presidente do Partido Progressista, Ciro Nogueira (PI), concordou com os argumentos apresentados pelo setor de segurança privada. Segundo ele, existe

uma preocupação muito grande de todos os senadores com o setor de serviços, caso o texto da Reforma Tributária aprovado na Câmara seja mantido. “Não há dúvidas de que será o setor mais impactado”, afirmou em discurso.

O senador também defendeu que sejam buscadas soluções. “Nós não podemos utilizar uma reforma, que pode ser importante para o Brasil, como uma forma de atrapalhar um dos setores mais importantes da nossa economia, que é o de serviços.”

Outro parlamentar a cobrar responsabilidade na análise da Reforma Tributária foi o senador Jaime Bagattoli (PL-RO). Ele lembrou que “qualquer aumento de carga tributária vai gerar desemprego.

Além de Nogueira e Bagattoli, também estiveram presentes ao encontro os senadores Confúcio Moura (MDB-RO) e Damares Alves (republicanos-DF), os deputados federais Luiz Gastão (PSD-CE) e Sílvia Cristina (PL-RO) e o ex-senador Expedito Junior.



CNC

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) tem atuado ao lado da Fenavist tanto na busca pela melhoria do texto da Reforma Tributária quanto nas ações para aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Presente ao almoço, o vice-presidente da CNC e presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, que representou o presidente da CNC, José Roberto Tadros, se mostrou otimista. “Sempre deixamos muito claro que o setor empresarial não é contra a reforma. Somos a favor, mas com mais discussão”, explicou Freire.

Novos riscos, ameaças, exigências de segurança digital e resiliência



Manuel Sánchez Gómez-Merelo
Membro de Diretoria da
World Security Federation (WSF)
Consultor de Segurança Internacional

Atualmente, vivemos tempos turbulentos em todo o mundo, derivados de certa globalização de crises políticas, econômicas e sociais que, de uma forma ou de outra, acarretam também novos riscos e ameaças que exigem maior segurança e resiliência.

Esses novos requisitos, juntamente com a expansão exponencial da Internet, os novos dispositivos da Internet das Coisas (IoT) e as aplicações de Inteligência Artificial (IA) estão a expandir os limites da rede, ao mesmo tempo em que aumentam as vulnerabilidades e o risco de ataques cibernéticos.

Novos riscos e ameaças

Deparamo-nos com a necessidade de rever a realidade dos nossos valores mobiliários devido ao aumento de novas ameaças ao desenvolvimento da vida social e das suas infraestruturas estratégicas e críticas, principalmente devido ao aumento da criminalidade cibernética e de outras consequências derivadas de conflitos armados como os que existem na Ucrânia, na Faixa de Gaza e em Israel. A isso somam-se fenômenos meteorológicos severos e desastres naturais resultantes das alterações climáticas.

Nesse sentido, os ataques cibernéticos contra instituições públicas aumentaram 95% (noventa e cinco por cento) só no último semestre de 2022 e, até 2025, estima-se que 30% (trinta por cento) das

infraestruturas críticas sofrerão uma violação de segurança.

O aumento de riscos e ameaças e a importância das vulnerabilidades mostram, mais uma vez, que os governos e as entidades públicas e privadas devem melhorar sua capacidade de prevenir e se proteger contra riscos e reagir às ameaças.

Não agir não é mais uma opção. Continuar a depender de sistemas ultrapassados ou obsoletos e de redes e tecnologias de comunicação isoladas, enquanto os riscos continuam a multiplicar-se, não é uma abordagem viável, e já não se pode confiar em estratégias anteriores para construir a segurança e a resiliência que o século XXI impõe.

Vale destacar algumas considerações e desafios especiais para as redes e tecnologias de proteção da informação e das comunicações, bem como aplicar novas formas de pensar as vulnerabilidades, com o desenvolvimento da virtualização, de riscos e ameaças que podem se espalhar rapidamente.

A virtualização também estreita a ligação entre riscos físicos e cibernéticos. A convergência entre TI e tecnologias operacionais (TO) cria vulnerabilidades e oportunidades para ataques.

Novas demandas por segurança e resiliência

O desenvolvimento de iniciativas digitais aumenta a agilidade operacional, a eficiência e a produtividade, mas novas salvaguardas devem ser revistas e propostas para proteger os cidadãos e as operações públicas e privadas, e sua resiliência deve ser reforçada para que possam garantir a continuidade da operação em qualquer circunstância.

As organizações são um alvo potencial de ataques, portanto é necessária atenção renovada ao risco, à resiliência e à segurança para:

- garantir a continuidade de serviços críticos e estratégicos e proteger dados e informações confidenciais;
- minimizar os custos de segurança, implementando proteção adequada para cada tipo de risco cibernético ou físico que enfrentam;
- reduzir as perdas econômicas e de prestígio devido a ataques cibernéticos e físicos;
- manter a reputação e a confiança dos cidadãos;
- proteger os cidadãos, fornecendo-lhes informações importantes relacionadas com a saúde e a segurança (prevenção e proteção).

Nesse sentido, os sistemas de notificação em massa podem alertar rapidamente as pessoas sobre os processos a implementar em emergências, para que possam tomar as medidas necessárias e realizar as ações adequadas com base na sua segurança.

Uma rede institucional e empresarial segura e resiliente apoia comunicações e ações de missão crítica, bem como IoT e tecnologias de segurança física e cibernética, essenciais para operações confiáveis.

Para melhorar a segurança e proteção em edifícios e espaços públicos, é necessária uma rede multisserviços segura que suporte as aplicações e os processos necessários para protegê-los contra riscos e ameaças e manter a disponibilidade e continuidade do serviço em todos os momentos, com maior confiabilidade.

Cada organização, pública ou privada, deve desenvolver, com uma abordagem holística, estratégica e tática, processos padronizados de segurança e resiliência adaptados ao seu perfil de risco personalizado, localização, objetivos etc.

Para maior segurança e resiliência, tendo em conta a evolução das inseguranças, devem ser delineadas e escolhidas soluções adequadas, reavaliando os riscos cibernéticos e físicos, as áreas de exposição e possíveis consequências, bem como as diferentes opções para prevenir, proteger e reagir a contra-ataques em cada caso, começando com uma auditoria para avaliar os riscos e o potencial de perda para cada vulnerabilidade identificada.

É importante reavaliar periodicamente os riscos e monitorar continuamente os riscos cibernéticos e físicos com recursos também para novas vulnerabilidades e capazes de combater o cenário de ameaças em rápida mudança.

A IA ajuda a prevenir, proteger e acelerar respostas a ameaças cibernéticas e físicas, mas também revela vulnerabilidades para ações maliciosas, como a quebra de palavras-passe de sistemas ou a própria manipulação de dados.

Novas tecnologias e procedimentos

Como já comentamos, o rápido desenvolvimento da tecnologia trará benefícios, bem como novos riscos e vulnerabilidades, num mundo e numa sociedade globalmente digital, em que pessoas, objetos, sistemas e processos estão conectados.

Essa ligação especial facilita a utilização da tecnologia IoT, e a informação que ela fornece automatiza os fluxos de trabalho capazes de aumentar a eficiência e acelerar as respostas para que as organizações e os cidadãos utilizem dados precisos e em tempo real, tanto para aumentar a sua visibilidade, como para tomar decisões informadas.

Vale a pena, no entanto, repetir que as tecnologias também introduzem um novo conjunto de riscos físicos e cibernéticos que devem ser abordados, uma vez que podem ser utilizados a favor e contra as organizações.

Podemos tomar a inteligência artificial (IA) como exemplo. A IA ajuda a prevenir, proteger e acelerar respostas a ameaças cibernéticas e físicas, mas também revela vulnerabilidades para ações maliciosas, como a quebra de palavras-passe de sistemas ou a própria manipulação de dados.

Aproveitar a inovação e a integração de serviços e tecnologia para mitigar os riscos dos processos e das pessoas reduzirá os perigos rumo à melhoria contínua com as mesmas soluções avançadas que ajudam a proteger os cidadãos, as infraestruturas e os espaços públicos seguros, com base em soluções flexíveis e compatíveis desde as fases iniciais de concepção.

O reforço da segurança e da resiliência é um objetivo prioritário das instituições e organizações públicas e privadas, seguindo a abordagem e o processo holístico recomendados, e novas oportunidades para tirar partido das soluções de redes e comunicações são essenciais para permitir maior eficiência, eficácia e colaboração, protegendo os cidadãos e garantindo-lhes segurança.

Conheça outros artigos:
<https://manuel Sanchez.com/>

Selo Segurança sem Preconceito supera a marca de 100 empresas e sindicatos certificados

Marca mostra compromisso da segurança privada na luta contra a discriminação

Dois anos após o lançamento, o selo segurança sem preconceito superou a marca de 100 empresas e sindicatos certificados. Até o dia 20 de novembro, foram emitidos 106 certificados. Cada um dos detentores do selo passou por um rigoroso processo de seleção para comprovar o cumprimento de todos os requisitos necessários para sua obtenção.

O selo de qualidade Segurança sem Preconceito foi lançado junto com a cartilha sobre o tema em novembro de 2021. Iniciativa da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e da Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), a certificação é concedida aos sindicatos e a empresas que atendem aos requisitos que comprovem o compromisso e a atuação profissional no processo de inclusão e fim da discriminação. Ao mesmo tempo, o selo incentiva e serve de exemplo a outros atores do segmento da segurança privada.

“As exigências para certificação iniciam-se com a regularidade perante a Polícia Federal, passando pela exigência, em seus regimentos internos e em sua missão, visão e valores, da obrigatoriedade de rejeição a quaisquer formas de preconceitos”, explica o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Sociais e presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo (Sindesp-ES), Edimar Barbosa.

O diretor da Fenavist afirma ainda que a parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares e o contato com o Movimento Antirracismo foram de extrema relevância para compreensão do tema e a elaboração do programa de combate ao preconceito pela Segurança Privada.

“O ápice do projeto é a capacitação dos colaboradores e a divulgação da Cartilha Segurança Sem Preconceito e as orientações sobre seu conteúdo ao seu público interno pelas empresas e entidades patronais que requerem o Selo de Qualidade Segurança Sem Preconceito. A capacitação pelas empresas e o treinamento na requalificação bianual nas escolas de formação transformaram a Certificação de Qualidade Segurança Sem Preconceito em uma “corrente do bem”, possibilitando a formação de 640 mil profissionais em dois anos”, conta Barbosa.

Edimar Barbosa elenca ainda algumas das conquistas que a campanha Segurança sem Preconceito já atingiu, como o aumento na mão de obra feminina na Segurança Privada; o apoio da Polícia Federal, que incluiu em seu site, na pasta de “Legislação, Normas e Orientações”, a Cartilha Segurança Sem Preconceito; a Integração da Fenavist ao grupo de trabalho do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; a exigência por parte de vários contratantes privados do compromisso com o não preconceito e o treinamento dos colaboradores.

“Com trabalhadores treinados e entidades de classes atuantes contra quaisquer ações preconceituosas, levando essa filosofia de vida também para o dia a dia do profissional e seu ambiente familiar, com o envolvimento e comprometimento de todos, a Segurança Privada dá a sua contribuição para um Brasil melhor”, finaliza o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Sociais.

Para mais informações sobre o selo e a cartilha “Segurança Sem Preconceito”, acesse o site www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenavist@fenavist.org.br. Os interessados também podem entrar em contato pelo telefone 61 3327-5440.



SINDICATOS PRECISAM SE ANTECIPAR E ORIENTAR OS CONTRATANTES QUANTO ÀS ESPECIFICIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SEGURANÇA PRIVADA

Decisões judiciais têm confundido tomadores de serviços quanto à contratação de vigilantes desarmados, como não sendo da categoria da segurança privada



Tatiane Dionízio
Atuante em Direito
Empresarial, Trabalhista
e Condominial



A luta da atividade de segurança privada no Brasil pelos Sindicatos de Segurança Privada a respeito do trabalho de empresas idôneas e credenciadas pela Polícia Federal é cada vez mais árdua.

Os Sindesps há anos vêm se empenhando na divulgação das diferenças entre as atividades de simples controle de acesso, por exemplo, com a importante e específica atividade de segurança privada e patrimonial.

No estado do Paraná, a pedido do Sindesp-PR, temos impugnado, constantemente, editais licitatórios em prol da categoria, os quais se confundem ao prever contratação de empresas de asseio e conservação, em vez de empresas de segurança privada.

Muitas vezes, a divergência no entendimento está no tipo de equipamento a ser utilizado, ou seja, os pregoeiros e procuradores, ao elaborarem editais, têm a crença de que se o objeto é segurança sem armas, não há como exigir o cumprimento dos ditames da Lei nº 7.102/83, a qual prevê:

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de:

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

(...)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.

Também, as Portarias da Polícia Federal (PF), órgão fiscalizador da atividade no País, citando como exemplo a Portaria Federal 18.045/2023 do Ministério da Justiça, esta deixa claro que segurança armada ou desarmada deve seguir os ditames normativos

da segurança privada no geral, devendo sim manter autorização especial de funcionamento, controladas e fiscalizadas pela PF, mediante o cumprimento da Lei. Note-se:

Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada são:

I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal;

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

(...)

Ainda, no artigo 2º, inciso III, indica-se que, para os efeitos desta normativa, são utilizadas as seguintes terminologias, sem distinguir armado ou desarmado:

III - vigilante: profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou de empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado na Polícia Federal e responsável pela execução de atividades de segurança privada.

Não só isso, em consulta realizada pela Fenavist à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, processo: 08211.003807/2022-44, sobre o assunto Segurança Privada Desarmada e Fiscalização da Polícia Federal, obteve-se o parecer de que, na interpretação do órgão fiscalizador, NÃO há distinção entre vigilância armada ou desarmada,

“(...) A ausência de arma de fogo não impede que pessoas, a pretexto de prover segurança ou vigilância patrimonial ou proteção à integridade física de outros, acabem por fazer uso inapropriado de força, a colocar em risco exacerbado a incolumidade da população”

uma vez que ambas as atividades são de vigilância patrimonial e próprias de segurança privada, submetendo-se à Lei nº 7.102/1983.

Pelo parecer do órgão responsável pela fiscalização da atividade no Brasil, ficou confirmado que a legislação não elegeu a presença do equipamento arma de fogo como diferencial para incidência legal ou não da norma.

Na base do parecer emitido, se do contrário for, permitirá a exposição de trabalhadores sem treinamento, sem preparação oficial ou formação para prestação de serviços como vigilantes, já que não haveria necessidade de autorização de funcionamento ou intermediação de empresas, levando risco a toda a sociedade, com formação de grupos paramilitares, milícias, ou, no caso das licitações, funcionários sem qualquer preparo para lidar com situações de segurança na proteção de patrimônio e pessoal.

Na contramão desse entendimento, porém, tem-se presenciado entendimentos diversos em causas judiciais, até então específicas sem abrangência, como uma recente proferida pela Justiça Federal do estado de Santa Catarina, na qual, em sede antecipatória, permitiu-se que a empresa autora, não autorizada pela Polícia Federal, atuasse com a atividade entendida como de segurança privada, conforme trecho da decisão:

“Assim, as determinações da Lei nº 7.102/83 não alcançam as empresas que prestam serviços de segurança física desarmada, fora do âmbito de prestação de serviços de segurança de instituições financeiras ou transporte de valores, o que, em exame perfunctório, parece ser o caso em tela.

Ante o exposto, defiro em parte a liminar para determinar à autoridade coatora que se abstenha de efetuar quaisquer exigências e impor quaisquer sanções previstas na Lei nº 7.102/1983 e nas respectivas normas regulamentadoras de empresa desde que preenchidos os demais requisitos legais, salvo a constatação, in loco, da utilização de armas de fogo pela impetrante, caso em que deverá ser exigida a autorização de funcionamento pela Polícia Federal.” Tutela deferida em 17/08/2023 nos autos de acesso público de nº 5029129-41.2023.4.04.7200 (grifado)



“É necessário que o corpo jurídico represente as entidades sindicais da categoria de segurança privada, a fim alertar os tomadores de riscos cíveis, criminais e trabalhistas”

O órgão fiscalizador da atividade, entretanto, em conclusão ao Parecer aqui citado, discorda e conclui que:

“(…) A ausência de arma de fogo não impede que pessoas, a pretexto de prover segurança ou vigilância patrimonial ou proteção à integridade física de outros, acabem por fazer uso inapropriado de força, a colocar em risco exacerbado a incolumidade da população. É emblemático o caso do homicídio triplamente qualificado contra João Alberto Silva Freitas, um cidadão negro de apenas 40 anos, nas dependências do supermercado Carrefour em Porto Alegre/RS em 19 de novembro de 2020;

(…)

A Polícia Federal defende que a arma de fogo não é elemento conceitual de segurança privada, inclusive sob risco de esvaziar o sentido amplo da legislação (Lei nº 7.102/1983).” Parecer emitido em 20/09/2022, processo 08211.003807/2022-44

Pela problemática aqui trazida, importante é que os sindicatos da categoria se antecipem e se unam para orientar preventivamente contratantes públicos e privados quanto à correta distinção da atividade de segurança privada das demais atuantes de praxe, seja quanto ao parecer do órgão controlador da atividade aqui abordado, seja quanto aos riscos iminentes de uma má contratação.

Nesse sentido, cita-se o êxito obtido pela categoria de segurança privada do estado do Paraná, representada pelo Sindesp-PR, que conquistou, por meio de sua assessoria jurídica nos últimos dois anos, êxito em mais de vinte impugnações a editais licitatórios cujo objeto divergia da contratação de empresas de segurança privada, erroneamente, por outras categorias, realizando, ainda, encontros e palestras virtuais com pregoeiros para orientar sobre as diferenças das atividades de vigia, controlador de acesso e vigilante, e, em casos não solucionados administrativamente, foram impetrados diversos mandados de segurança judiciais, com número expressivo de acatamento liminar, para a garantia da ordem.

É necessário que o corpo jurídico represente as entidades sindicais da categoria de segurança privada, a fim alertar os tomadores de riscos cíveis, criminais e trabalhistas, inclusive os serventuários públicos, os quais deverão pautar seus atos sob a égide da Lei Federal nº 7.102/83, incluindo recepcionar integralmente o entendimento do parecer aqui citado, emitido pela Polícia Federal, para que possam resguardar e fortalecer o ramo de atuação das empresas em cada estado.



Reunião de Diretoria e confraternização encerram as atividades oficiais de 2023

Ao longo do ano, a Fenavist atuou para evitar os efeitos da reforma tributária, aprovar o Estatuto da Segurança Privada e para adequar a legislação do menor aprendiz



Um encontro prestigiado e com debates acalorados, assim foi a última reunião de diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) em 2023. Empresários de todo o País estiveram presentes, em Brasília, no dia 28 de novembro, para discutir temas que impactam diretamente a atividade. Antes da principal reunião, uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou o planejamento orçamentário para 2024.

A aprovação do Estatuto da Segurança Privada foi um dos destaques da pauta. Os participantes mostraram indignação com a inércia do Congresso Nacional em aprovar a matéria, que aguarda a última análise do senado desde dezembro de 2016. Atualmente, existem dois pedidos de desarquivamento da matéria em tramitação. Isso ocorre porque, com o fim da legislatura passada, a matéria foi arquivada.

Outro tema que causa preocupação é a reforma tributária. Apesar de ter sofrido algumas modificações no Senado, o texto continua bastante prejudicial ao setor de serviços, principalmente para as atividades com predominância de mão de obra, caso da segurança privada. Se nada for feito na última votação na Câmara e durante a regulamentação da lei, o segmento pode ser onerado em até 200%.

Tanto no caso do Estatuto quanto da reforma tributária, a Fenavist, os sindicatos e empresários vão atuar de maneira ainda mais incisiva com os parlamentares para evitar os prejuízos.

A Portaria 18.045/2023-DG/PF também esteve na pauta de discussão. Os participantes discutiram maneiras de chegar a um entendimento com a Polícia Federal sobre a norma. A Portaria apresenta uma série de pontos complicadores para a atividade.

Durante a reunião, foi apresentado o relatório final do Grupo de Trabalho Rumos da Segurança Privada com sugestões, a serem implementadas nos próximos anos, para o desenvolvimento da atividade. As comissões responsáveis por discutir as convenções coletivas e a lei da aprendizagem também expuseram o andamento dos trabalhos. Outro assunto na pauta foi o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada, que será realizado em 2024 como uma das ações em comemoração aos 35 anos da Fenavist.

Confraternização

Após os trabalhos da manhã, durante a noite, os diretores da Fenavist, presidentes de sindicatos, representantes de entidades parceiras e da Polícia Federal, além de parlamentares, participaram da tradicional festa de confraternização da Federação. Em um renomado restaurante de Brasília, os convidados se divertiram, encontraram amigos e trocaram muita informação.

Ao discursar, o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, reforçou a indignação do segmento com o Congresso Nacional, que tem retardado a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e ainda pode aprovar mudanças na legislação tributária que vão onerar a atividade.

“Nós tivemos, nesses últimos 10 anos, 200 mil postos de emprego perdidos. Pela economia, por ‘n’ fatores, perdemos e continuamos a perder. Isso sem contar a reforma tributária que está chegando, cujos percentuais, como ouvi de muitos, podem impactar





"Juntos, somos mais fortes!"

bastante a planilha de custo de uma empresa. Espero que os economistas que me falaram calma, calma, isso vai ser diluído em 10 anos. O primeiro e o segundo ano serão de acomodação e o impacto não vai ser tão grande assim, estejam certos, porque outros economistas da CNC, dos sindicatos aqui presentes, chegaram a falar em uma alíquota com aumento de 160, 180, 200% na tributação para o nosso setor. Se isso acontecer, o reflexo, já se sabe, serão mais postos de trabalho e mais empresas se extinguindo no setor", afirmou.

Nazário, no entanto, disse que não vai desistir das batalhas. "Sou um eterno otimista e quero continuar assim, contando com a Polícia Federal para nos

ajudar a aprovar o Estatuto da Segurança Privada no ano de 2024. Não podemos mais tolerar essa inércia do Congresso Nacional que está há mais de sete anos parado, sem definir o que vai ser feito do setor, e nisso o segmento vai se virando em frangalhos. Temos praticamente um milhão de postos de trabalho na clandestinidade e 495 mil na formalidade. Mas sabemos que, quando o crime acontece, quem paga a conta? O legalizado, porque o clandestino, ninguém sabe onde ele fica. Então temos que mudar isso, precisamos que vocês continuem acreditando nisso."

O presidente da Fenavist encerrou o discurso desejando coragem a todos para que continuem lutando pelas mudanças necessárias em 2024. **"Juntos, somos mais fortes"**, concluiu.

Universidade Corporativa

Para empresas de segurança e facilities.

- Plataforma EAD **customizada** com o logotipo da sua empresa;
- Conteúdos específicos do mercado de segurança privada, facilities e segurança eletrônica;
- Cursos presenciais (in company);
- Uma consultoria especializada no segmento para explorar a ferramenta estrategicamente, comercialmente e operacionalmente;
- Criação de **e-commerce** para escolas de formação 100% integrada e automatizada.



+3700 VIDEOAULAS

Capacite seus colaboradores conosco!



Plataforma de ensino a distância personalizada com a logomarca do cliente e certificado personalizado;



+10 mil alunos do Brasil e Exterior



+400h de conteúdo



Novos títulos todos os meses



Acesso ilimitado aos cursos

Entre em contato:

✉ contato@ibragesp.com.br

📍 Avenida São Carlos, nº 2205
Centro - Condomínio RacZ Center
São Carlos/SP

in @ f ▶ IBRAGESP





Tax All

CONSULTORIA COM TECNOLOGIA

Conheça nossas

soluções tributárias

e gere mais fluxo de caixa
para sua empresa.

+ de 302 milhões
de tributos recuperados

+ de 108 clientes
satisfeitos

+ de 16 anos
de mercado



Saiba mais



Hélio Gomes Coelho Júnior
Consultor Jurídico Fenavist

2023... em alguns números

Há um ano, tantos e quantos previram o nosso futuro em 2023. Especialistas de todas as áreas fizeram suas previsões, muitos predisseram e palpitararam.

Chegada a hora de conferir.

No mundo do trabalho, erraram. E muito.

O dólar em janeiro valia **R\$ 5,34** e, em novembro, vale **R\$ 5,01**. O dólar é a moeda que movimenta a economia mundial e sua influência é óbvia. Comportado.

Pois então, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que em janeiro estava em **5,71%**, chegou no começo de novembro a 4,14%. É possível prognosticar, assim, que bordejará os 5%, se tanto. Comedido.

O salário mínimo em 2023 experimentou um "ganho real" de **6,1%**, após longos seis anos de recomposição exclusivamente à base da inflação. O atual de R\$ 1.320,00 deve subir para **R\$ 1.421,00**, ou **7,7%**, mediante a política de corrigi-lo com o INPC e somar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Adequado.

Temos hoje **44.044.342 empregados formais**, fruto da contratação na agropecuária, no comércio, na construção, na indústria e em serviços. Todos os setores indicaram crescimento, uns mais, outros menos. Mas o emprego formal ascendeu, sim. Necessário.

De janeiro a novembro, foram produzidos **35.141 instrumentos coletivos de trabalho**. Ou seja, sindicatos obreiros e patronais e sindicatos obreiros e empresas estabeleceram convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho, regulando as relações entre categorias profissionais e econômicas. A autorregulação dos interesses mais do que nunca vingou. Utilíssimo.

O Brasil – vale consultar o cadastro ativo do Ministério do Trabalho (MT) – tem hoje 18.046 sindicatos, divididos em **12.877 urbanos e 5.169 rurais**, dos quais **12.570 de trabalhadores e 5.476 de empregadores**. O Brasil tem, ainda, 641 federações e 55 confederações, totalizando 696 entre obreiras e patronais. É muita entidade sindical? Sim, mas o País tem uma extensão continental, a República é composta de **26 estados** e um Distrito Federal e temos **5.570 municípios**. A relação capital-trabalho convive melhor com o pacto do que com o impacto. Ajustado.

Vale relembrar que o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, em abril de 2023, fez publicar o seu acórdão, que proclamou: “São constitucionais os acordos e as convenções coletivas que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuem limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”. Inédita capacidade atribuída aos trabalhadores e a empresas e a seus sindicatos: produzir normas autônomas, que prevalecerão sobre as heterônomas (feitas pelo Legislativo, Executivo e Judiciário Trabalhista (dissídio coletivo)). Negociado sobre o legislado. Amadurecido.

A propósito, o setor patronal das **empresas de segurança** é exemplar hipótese: não há uma base territorial sem convenções coletivas. Muitas celebradas para o viger bianual. Não há um dissídio coletivo. Não houve um caso de greve. Alvíssaras.

Em outubro de 2023, mercê de outra decisão do **STF**, todos os trabalhadores e as empresas que se beneficiam de acordos e convenções coletivas

deverão pagar uma **contribuição assistencial** aos sindicatos que lhes representem e que lhes produzem os instrumentos coletivos que fixam salários, condições de trabalho, benefícios sociais e, não menos significativo, regulam a atividade com base em um patamar mínimo que a todos beneficia e obriga. Eis o novo norte do assunto: “É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”. A liberdade de não contribuir está assegurada, cabendo ao que não quer pagar – trabalhador ou empresa – assim expressar na assembleia geral (AG), salvo se diverso for disposto no instrumento coletivo. Pertinente.

Em novembro de 2023, a **“nova CLT”** alcançou seis anos de vida. Que cada empresário pergunte ao seu RH, Comercial, Operacional e Jurídico, quanto seu negócio tem economizado com a aplicação das novéis ferramentas derivadas da “reforma trabalhista”. Inimaginável a economia. Legal.

Em novembro, também, veio o veto do Executivo à continuidade da desoneração da folha a 17 específicos setores que – diferentemente do tratamento dado aos outros tantos setores produtivos e empregadores – podiam, desde 2012, substituir a contribuição dos **20% – sobre a folha de salários – pelas alíquotas de 1% a 4,5%** sobre a receita bruta. A gosto. A mão de obra, menos pelo salário e mais pelos encargos (diretos e indiretos), é custosa. Mas o é para os empresários em geral. Pena que a reforma tributária não tenha deitado olhar universal à questão. Importante dizer que o PL 334/2023 trouxe o jabuti da redução de 20% para 8% da alíquota previdenciária sobre a folha dos municípios (prefeituras) com até **142.632** habitantes. Mais de 5.000 municípios seriam beneficiados. Eleições municipais ano que vem, a propósito. Farinha pouca, meu pirão primeiro. Lamentável.

Ao início: 2023 já foi... Deu mais certo do que os especialistas e videntes supunham. Que venha 2024 a desafiar os que produzem, empregam e recolhem impostos. Somos teimosos.

en
tre
vis
taDEPUTADO
FEDERAL
CORONEL
TELHADA

Deputado, recentemente, foi criada, na Câmara dos Deputados, a “Frente Parlamentar da Segurança Privada”. Como presidente da Frente, o senhor poderia dizer para o segmento qual a importância desse colegiado e quais os principais objetivos?

O colegiado da Frente Parlamentar da Segurança Privada é formado por uma associação de parlamentares - em sua maioria, com ampla experiência no âmbito da segurança privada e pública -, os quais, certamente, atuarão com total afinco e comprometimento perante o Congresso Nacional e o Poder Executivo para defender todos os direitos e as garantias inerentes à defesa e à valorização dos profissionais, de empresas e entidades do segmento da segurança privada.

Quanto aos principais objetivos, destaco a atuação contínua no aperfeiçoamento da legislação e na fiscalização das leis vigentes em prol da segurança privada; o acompanhamento e a participação do debate sobre os direitos e a defesa dos profissionais da segurança privada; a promoção de debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados; e a promoção de intercâmbios com instituições semelhantes e parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco da legislação pertinente à defesa do segmento da segurança privada.

Na visão do senhor, qual a importância da segurança privada para o País?

A segurança privada desempenha um papel extremamente relevante no País, especialmente diante dos desafios da segurança pública, uma vez que a segurança privada atua constantemente como um complemento aos serviços de segurança pública, preenchendo lacunas por falta de recursos ou presença do Estado.

Cabe salientar que a segurança privada é fundamental e indispensável para a proteção de propriedades, empresas, residências e pessoas em todo o País, o que evidencia de forma inequívoca ser uma importante extensão da estrutura de segurança nacional, portanto, vital para prevenir e coibir eventos capazes de comprometer a segurança social.

Deputado, como o senhor sabe, o novo Estatuto da Segurança Privada, aprovado na Câmara dos Deputados no final de 2016, aguarda há 7 anos a aprovação final pelo Senado Federal. A Frente Parlamentar está atuando perante os senadores para proporcionar essa aprovação?

A Frente Parlamentar, por meio de seus membros, pretende promover uma atuação constante e incisiva perante a presidência do Senado Federal, bem como perante todos os senadores para que haja maior celeridade na análise dos procedimentos indispensáveis à aprovação do Substitutivo 6/16, aprovado na Câmara em 2016, que institui o novo Estatuto da Segurança Privada.

Aproveito o ensejo para afirmar que a atuação da Frente Parlamentar no Congresso Nacional e no Poder Executivo possui, entre outros objetivos, promover exatamente uma frequente articulação no sentido de aprovar as proposições benéficas ao segmento da segurança privada e também obstar aquelas que venham a acarretar prejuízos ao setor.

Como o senhor enxerga a parceria/integração entre a segurança pública e a segurança privada?

Entendo que a integração entre segurança pública e segurança privada pode ser muito favorável quando há uma colaboração eficaz e coordenada entre os dois setores. A segurança pública, geralmente representada por forças policiais e agências governamentais, tem o papel fundamental de proteger toda a sociedade. Já a segurança privada, composta de empresas de segurança, tem o objetivo de proteger propriedades, bens e indivíduos dentro de um escopo mais específico, muitas vezes contratadas por instituições ou indivíduos.

Quando esses dois setores trabalham juntos, podem complementar habilidades e recursos. A segurança privada muitas vezes pode oferecer uma presença mais

direta e imediata em locais específicos, enquanto a segurança pública lida com questões mais amplas de aplicação da lei e ordem em uma comunidade.

A colaboração pode ocorrer de diversas formas, como compartilhamento de informações sobre crimes, apoio mútuo em situações de emergência, treinamento conjunto ou até mesmo programas de patrulhamento em parceria.

É fundamental que essa integração, no entanto, seja cuidadosamente gerenciada para garantir que não haja violação de direitos, que as responsabilidades de cada setor sejam claras e que a atuação esteja alinhada com as leis e regulamentações vigentes.

A parceria pode ser vantajosa para a sociedade quando bem executada, proporcionando uma abordagem mais abrangente e eficaz para a segurança em geral.

Nos últimos anos, a segurança privada perdeu milhares de empregos devido à conjuntura econômica, à alta carga tributária e, ainda, à pandemia. Apesar de gerar em torno de 500 mil empregos diretos, o segmento não é um dos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Além disso, pode ser muito prejudicado pela Reforma Tributária. Como a Frente Parlamentar pode atuar para evitar que o setor sofra mais prejuízos?

Parte do Poder Legislativo, em especial as frentes parlamentares ligadas aos setores de produção e prestação de serviços, considera que a manutenção de empregos e o estímulo à atividade econômica são um dos principais meios de gerar receitas inclusive para o recolhimento de outros impostos.

A área da segurança gera diretamente o emprego de 500 mil trabalhadores, e a desoneração da folha de pagamentos teria um papel crucial na manutenção desses empregos e na geração de novos.

Ainda que não tenham sido contempladas na última desoneração aprovada no Congresso, fazer um melhor enquadramento tributário para as empresas de segurança é uma das principais atuações da Frente Parlamentar, para que, com o alívio nas contas, consigam contratar mais funcionários e manter os empregos.



“O atual governo está repassando ao empresariado, de maneira geral, o aumento do custo do Estado, o que impacta diretamente na geração de empregos e interfere na capacidade de crescimento e investimento do País”

atual governo está repassando ao empresariado, de maneira geral, o aumento do custo do Estado, o que impacta diretamente na geração de empregos e interfere na capacidade de crescimento e investimento do País.

O setor da segurança privada acompanha o crescimento da economia em geral. A atual reforma tributária, em que pese a intenção de simplificar a forma de cobrança de impostos, dobrará a tributação sobre os prestadores de serviço, o que aumentará sobremaneira o custo do serviço. Cabe ressaltar que o Estado hoje é um dos maiores tomadores do serviço de segurança privada, o que aumenta o custo para a própria máquina.

Da mesma forma o particular terá de arcar com esse aumento do setor de segurança privada e de todos os setores, em que o impacto no preço do serviço será pago pelo contratante, que repassará esse custo aos seus clientes, aumentando e muito o custo em cadeia, sem contar que é um convite à clandestinidade, o que não podemos admitir quando se trata de um assunto tão sério como a segurança privada.

O texto da PEC nº 45, de 2019 (Reforma Tributária), que retornou do Senado Federal não nos atende ainda e por esse motivo a Frente Parlamentar já vem se mobilizando para ter uma reunião com o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), em que se possa, com um melhor ajuste legislativo, estabelecer uma tributação mais justa e proporcional para o setor da segurança privada que, como sabemos, é um dos que mais empregam no País.

O ano está chegando ao fim. Qual mensagem o senhor poderia deixar para o segmento de segurança privada?

Gostaria de deixar uma mensagem de esperança e otimismo a todos os profissionais, a empresas e entidades do segmento de segurança privada, que desempenham um papel crucial na proteção de pessoas, propriedades e empresas no País, haja vista que, no ano de 2024, estaremos ainda mais atuantes do que no ano que se encerra, buscando lutar pelos direitos e por garantias do segmento da segurança privada, primando cada vez mais pela defesa, pela valorização, pelo reconhecimento e aprimoramento em todas as áreas de atuação da segurança privada. Por fim, desejo que o próximo ano seja de crescimento, inovação e, sobretudo, de preservação da segurança para todos os cidadãos brasileiros.



Inscrições para os prêmios Mérito em Serviço e Benemérito da Segurança se encerram no dia 12 de janeiro

Principal homenagem do segmento fará parte das comemorações de 35 anos da Fenavist

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2021, a idade média das empresas brasileiras era de 11,4 anos, índice inferior ao registrado em 2019 e 2020. Ainda segundo o IBGE, apenas 41% das companhias chegam ao quinto ano de vida. E só 22,9% completam uma década de atuação. E não para por aí. Em 2020, o relatório Doing Business, do Banco Mundial, apontou que o Brasil ocupa a posição 124 entre 190 países no quesito facilidade de fazer negócios. Estatísticas que deixam claro como é difícil empreender na 12ª maior economia do mundo.

Na segurança privada não é diferente. Alto custo tributário, insegurança jurídica e crise econômica são alguns dos fatores que afetam diretamente a sobrevivência das empresas. Por isso, desde 2005, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) homenageia as empresas sobreviventes do mercado com o Prêmio Mérito em Serviço da Segurança Privada Nacional.

Para a edição de 2024, que fará parte das comemorações dos 35 anos da Fenavist, as empresas podem se inscrever nas seguintes categorias: Diamante Rubi (50 anos ou mais de atividade); Diamante Ouro (40 a 49 anos de atividade); Diamante (30 a 39 anos de atividade); Platina (25 a 29 anos de atividade); Ouro (20 a 24 anos de atividade); Prata (15 a 19 anos de atividade); Bronze (10 a 14 anos de atividade); e Cristal (5 a 9 anos de atividade).

A Federação também irá reconhecer personalidades que atuam diretamente para o desenvolvimento da

atividade. O Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional será concedido a expoentes que, nacionalmente, tenham prestado relevantes e destacados serviços no segmento ou trabalhado na consolidação de ideias democráticas e no crescimento e expansão do setor. A premiação está dividida nas categorias: Representante Empresarial, Representante Setor Regulador, Representante Parlamentar; Representante Entidade de Classe; Representante Profissional Liberal; Representante da Imprensa.

Já o Prêmio Benemérito Estadual é destinado a autoridades federais, estaduais, municipais, parlamentares, pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham incentivado e prestigiado, por qualquer meio, as atividades econômicas de segurança privada nas unidades da federação.

Para serem reconhecidas como sobreviventes, as empresas devem cumprir requisitos, como ter mantido o mesmo CNPJ e ser associadas aos sindicatos estaduais, além de estarem em situação regular perante a Polícia Federal. No caso dos agraciados com o prêmio de Benemérito Estadual ou Nacional, as indicações são feitas pelos sindicatos e pela diretoria da Federação.

Se sua empresa ainda não está inscrita, corra. O prazo para submeter os documentos à análise se encerra no dia 12 de janeiro de 2024.

As inscrições devem ser feitas de forma on-line no site da Federação www.fenavist.org.br.



Cléria Santos
consultora
parlamentar
Fenavist

Novo Governo: falta articulação política

Encerrado o primeiro ano do governo Lula, o que se viu foi um fraco desempenho nas duas Casas do Congresso Nacional. Ainda sem conseguir afinar o discurso, os líderes de governo não conseguem definir as prioridades e batem cabeça para formar uma base sólida, na Câmara e no Senado, que possa vir a dar sustentação ao governo do presidente Lula. Apesar de todos os esforços para atender às demandas parlamentares e da acomodação de outros partidos em Ministérios e em outros postos na Esplanada, ainda não foi o suficiente para garantir ao governo a tranquilidade necessária e votos no Congresso. Como reflexo disso, nem mesmo as Medidas Provisórias, com força de lei, enviadas este ano pelo governo, que já totalizam 44, conseguem ser aprovadas. Com exigência de quórum de maioria simples, apenas 7 das 44 medidas provisórias foram transformadas em lei, das quais 15 delas não foram votadas e perderam sua eficácia e outras foram revogadas.

Outras propostas enviadas na forma de projetos de lei também tiveram desempenho fraco, de um total de 33 projetos, apenas nove foram convertidos em lei. É fato que a área econômica do governo elencou a Reforma Tributária, em tramitação há mais de duas décadas no Congresso Nacional, como prioridade, mas, mesmo sendo importante para o País como forma de reduzir a complexidade do sistema tributário brasileiro, o texto não agrada a todos os setores, especialmente o de serviços, o que mais emprega no País, que será duramente impactado com aumento de impostos nos próximos anos, com reflexo negativo nos preços dos serviços e na geração de empregos. Promulgada, a Emenda Constitucional ainda será detalhada, em grande parte, por leis complementares e outras leis ordinárias que

precisam de aprovação pelo Congresso Nacional, o que demandará novos e grandes embates na Câmara e no Senado pelos próximos dois anos, período da transição para o novo sistema tributário. A partir de então, haverá um período de transição gradual entre 2026 a 2032. A implementação completa da reforma está prevista para 2033.

Nesse contexto, o governo não consegue avançar com outras propostas e patinha nos entraves da articulação política no Congresso Nacional. Apesar de ter tido êxito na aprovação do “arcabouço fiscal”, com o objetivo de controlar os gastos públicos, ou seja, manter as despesas abaixo das receitas a cada ano, e ainda limitando gastos, o que pode permitir ao Executivo aumentar o investimento caso haja superávit, o projeto precisou de quatro meses para ser aprovado nas duas Casas. Enviado em abril, teve a sua aprovação em agosto, e, ainda, não ficou como a equipe econômica do governo queria. As emendas condicionadas, aprovadas pelo Senado, que garantiriam aumentar a despesa em R\$ 40 bilhões em 2024, recursos esses destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram rejeitadas pela Câmara dos Deputados. Outro exemplo da dificuldade na articulação do governo no Congresso foi a aprovação do projeto de lei que desonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia que, na desarticulação, não houve como evitar a sua aprovação, na Câmara e no Senado, ficando para o presidente da República o ônus de vetar integralmente o projeto e correndo o risco de ver seu veto ser derrubado pelo Congresso Nacional. Mesmo com uma oposição aguerrida, já seria tempo suficiente para um governo organizar e manter uma segurança mínima para garantir a governabilidade. Enquanto isso, o Congresso aprova projetos e o

presidente sanciona leis, totalizando 227 leis este ano, das quais mais de noventa por cento originárias de iniciativas parlamentares. Sem desmerecer a importância de leis como a que institui o “dia do terço dos homens”, ou a lei que institui o “pau de arara” como manifestação da cultura nacional, entre as inúmeras leis já aprovadas e sancionadas pelo presidente, o País espera mais e tem urgência em avançar e crescer.

O sobe e desce

Apesar do otimismo e da expectativa de crescimento observados no primeiro semestre deste ano, o que se vê é que a economia brasileira dá sinais de que perdeu fôlego. Ao final deste ano, tem-se como resultado uma redução das expectativas em relação ao potencial de crescimento do País. Antes, projetado para um crescimento da ordem de 3%, números recentes divulgados pelo governo mostram uma desaceleração no último trimestre. Além disso, os índices de confiança tanto de empresas quanto de consumidores piora, e a palavra de ordem neste momento é cautela por parte dos empresários. O rombo nas contas públicas, projetado recentemente pelo Ministério da Fazenda, deverá ser da ordem de 177 bilhões de reais e só aumenta a cada dia. Com a credibilidade em baixa e com o aumento do desequilíbrio fiscal, o crescimento da economia fica comprometido. Com o tempo correndo contra as expectativas do governo com relação aos projetos em tramitação no Congresso Nacional, em função do recesso parlamentar que se inicia em 23 de dezembro, a batalha será pela aprovação final da Reforma Tributária; do projeto que regulamenta a tributação das apostas; da Medida Provisória que trata das mudanças nas regras de subvenções do ICMS para grandes empresas e de outros projetos que preveem o aumento de arrecadação.

Vetos presidenciais

Não bastasse isso, o governo teme que vetos importantes como os da lei do CARF; da lei do arcabouço fiscal; do marco temporal de terras

índigenas; e o veto da desoneração da folha de pagamentos sejam derrubados pelo Congresso Nacional ainda este ano.

Projetos importantes

Muitos projetos importantes estão dormitando no Congresso, como, por exemplo, o Projeto de Lei 3613/23, enviado à Câmara pelo Executivo em julho deste ano, que torna crimes hediondos o homicídio, a lesão corporal seguida de morte e a lesão corporal gravíssima, cometidos no interior de instituições de ensino públicas ou privadas. A sociedade brasileira precisa de uma resposta aos ataques que estão sendo cometidos nas escolas, matando crianças, jovens e professores inocentes. Casos como o de Blumenau, em Santa Catarina, ocorrido em abril deste ano, em que quatro crianças entre 5 e 7 anos foram mortas a golpes de machadinha por um psicopata, e como o de Cambé, no Paraná, em junho, em que dois jovens de 16 e 17 anos foram mortos com tiros na cabeça por um ex-aluno, precisam ser evitados, com leis efetivas de segurança nas escolas. Quantas crianças ainda serão atacadas no lugar onde deveriam estar seguras? Quanto tempo mais será necessário para aprovar leis mais eficientes para a segurança nas escolas?

Outro projeto importante, que trata da nova lei da segurança privada e que foi aprovado pela Câmara em 2016, está engavetado no Senado Federal há sete anos. Enquanto isso, um dos setores que mais empregavam no País padece, à espera de uma lei que possa dar fôlego e aumentar a empregabilidade. Esse segmento, que em 2014 empregava 650 mil vigilantes, hoje se esforça para manter 450 mil empregos. A cada ano, sem a nova regulamentação, o setor prevê a perda de 20 mil postos de trabalho. Para além das intrigas entre poderes, o governo e o Congresso Nacional precisam olhar para setores importantes da economia que estão asfixiados, principalmente para o setor de serviços, com a alta carga tributária imposta e a instabilidade econômica do País, o que impede a capilaridade das empresas e, consequentemente, a geração de novos empregos.



Percival Aracema



O ano era 1966. Recém-egresso do 1º. Batalhão de Polícia do Exército (BPE/RJ), aos 20 anos de idade, o jovem Percival Aracema foi selecionado para atuar na primeira equipe de segurança de Carro-Forte na empresa multinacional Brinks. A empresa americana, convidada pela Associação Brasileira de Bancos (atual Febraban), iniciava os trabalhos em solo brasileiro, assim como o mercado brasileiro de segurança privada começava a se estruturar profissionalmente. Daí em diante, os caminhos do segmento e de Percival Aracema se tornaram um só.

“Com muito orgulho me considero parte da evolução do Segmento de Segurança Privada e Transporte de Valores no Brasil desde aquela época”, conta o empresário.

Com uma memória de dar inveja, Aracema recorda o quão a atividade de segurança privada era amadora antes de meados dos anos de 1960. “Era comum

ver nas ruas das cidades homens carregando pacotes de dinheiro utilizando carros particulares e táxis levando das lojas e estabelecimentos comerciais às agências bancárias. Quando instados a contratar serviços de uma empresa especializada de transporte de valores, os diretores de Banco respondiam que utilizavam seus mensageiros para essa tarefa. Mesmo o maior assalto na época sofrido pelo então Banco Moreira Sales, em São Paulo, em 1965, equivalente a um milhão de dólares atuais, alterou muito essa situação. Nos dias seguintes ao incidente, quantias maiores ainda eram transportadas nas mesmas condições pelos Bancos.”

Nos anos que se seguiram, a história começou a mudar. E o jovem Percival passou a ganhar destaque na atividade. “Ao completar 21 anos idade, pude receber meu primeiro porte de arma de fogo.

Com a construção dos primeiros 10 blindados, passei a trabalhar diretamente nas equipes de segurança de carros-fortes, iniciando as primeiras operações de transporte de valores, custódia de numerários e serviços de processamento de folhas de pagamento. Na sequência, fui transferido para a área de treinamento e capacitação de procedimentos de operações, que eram traduzidos de manuais americanos padronizados para todas as filiais internacionais do grupo, iniciando aí minha trajetória por vários cargos e funções nas áreas de administração e gestão da empresa”, conta.

O sucesso veio com muito sacrifício. “Eu tinha deixado a casa de meus pais, na cidade de Ponta Grossa-PR, aos 17 anos, para servir o Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro. De início, meu sonho era ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras e seguir a carreira militar. Mas esse não era o meu destino e o meu sonho foi frustrado pela reprovação no vestibular. Diante disso não me restou outra opção que não seguir e completar meu tempo de serviço militar então em curso. Mas, em contrapartida, portas se abriram com o emprego na Brinks”, relembra.

Foram 33 anos na empresa americana, onde atuou nas áreas operacional, logística, financeira e administração. “A coroação de minha carreira foi ter exercido a vice-presidência-executiva nos últimos cinco anos em que estive na empresa. Também fui sócio cotista da holding brasileira controladora do grupo. Nesse período acumulava com as funções de presidente da Associação Brasileira das Transportadoras de Valores (ABTV)”, recorda.

Após mais de três décadas, um novo desafio. “Ingressei no Grupo Pires de Segurança e Serviços, uma das maiores do segmento no Brasil à época. Foram 10 anos como diretor corporativo.

Com mais de 40 anos de experiência no segmento, Percival Aracema decidiu tentar algo novo. Ficou oito anos como executivo no mercado publicitário.

Mas a segurança privada, a grande paixão, voltou a chamá-lo. “Fui novamente convidado desta vez por um grande grupo internacional mexicano no segmento de segurança e transporte de valores. Após o estágio no Grupo no México, aceitei o convite e o desafio de voltar ao mercado. Ao retornar ao Brasil, intermediei a compra de uma empresa de Segurança e Serviços na região de São José dos Campos no Vale do Paraíba, interior de São Paulo, onde permaneci como sócio-diretor da Segvap Segurança e Serviços por mais oito anos.”

Outra paixão de Aracema é a vida sindical. “Paralelamente à vida de empresário, sempre me dediquei a contribuir para a evolução do segmento por meio de atividades associativas e sindicais patronais. Fui um dos fundadores da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), fundador e presidente por nove anos da ABTV, como também fundador e diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp). Ajudei a criar ainda a Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis) e vários sindicatos patronais de transporte de valores em todo o País. No cenário internacional, fui fundador e diretor da Federação Mundial de Segurança, da Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep) e da Federação de Empresas de Segurança do Mercosul (Fesesul).”

Diante de tanto esforço, o reconhecimento veio. “Fui recompensado pela escolha como juiz classista empregador no TRT- SP por quatro anos, representando o segmento até a sua extinção pelo governo federal no ano 2001. Sempre tive como meta que todo empresário deve participar ativamente nas áreas sindicais, é uma forma saudável de defender o segmento compartilhando experiências diante de tantos desafios”, explica.

Com mais de 50 anos dedicados à atividade, Percival Aracema faz questão de deixar uma mensagem para o segmento. “É você procurar ser cada vez mais resiliente, ser uma pessoa flexível diante das adversidades, não desistir diante dos desafios, nem se manter indiferente a eles, mas procurar sempre adaptar-se, principalmente em se tratando de uma atividade muito difícil, com vitórias e derrotas, contentamentos e frustrações, que fazem parte do nosso dia a dia”, finaliza.



Fenavist lança manual sobre a nova Lei de Licitações

Material foi apresentado no último dia nove de novembro e está disponível gratuitamente no site da Federação

A partir do próximo dia 31 de dezembro, a nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/2021) passa a ser a única em vigor no Brasil sobre o tema. Com isso, perderão a validade as Leis nº 8.666/1993, nº 10.250/2002 e a de nº 12.462/11. Preocupada com essa mudança que afeta diretamente as contratações na segurança privada, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (Contrasp) lançaram, no último dia nove de novembro, o Manual “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos para a Segurança Privada”. A publicação foi apresentada durante um fórum sobre o tema em Brasília e está disponível gratuitamente no site da Federação.

A nova Lei propõe que a Administração Pública adote métodos de simplificação, celeridade, economicidade e maior competitividade. Prevê, ainda, título exclusivo para tratar sobre irregularidades e determina a inclusão de um capítulo específico do Código Penal para tratar dos crimes em licitações e contratos administrativos, cominando penas para quem admitir, possibilitar ou der causa a irregularidades no processo licitatório, o que assegura maior credibilidade à contratação pública.

A Lei nº 14.133/2021, no entanto, apresenta pendências de regulamentações. A operacionalização ainda depende da implantação de ferramentas tecnológicas para que se torne efetiva, o que tem gerado apreensões ao setor público e privado. Diante desse cenário, o manual se torna ainda mais importante.

São mais de 160 páginas de conteúdo que abordam detalhadamente cada mudança. Os capítulos tratam de temas como a contratação direta, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Sistema de Registro de Preços, tipos de critérios de julgamento, pregão, recursos, homologação e formalização dos contratos, por exemplo.

Um dos grandes diferenciais da publicação é que é voltada para todos os participantes do segmento, independentemente do nível de conhecimento sobre o tema. O estudo apresenta as peculiaridades da vigilância, por estado, tendo como referencial teórico a legislação e as instruções normativas aplicáveis, bem como a jurisprudência e as convenções coletivas de trabalho. Também faz ponderações sobre renegociações de contratos administrativos em tempos de crise e de contingenciamentos orçamentários.

A ideia é que o estudo seja revisado e aprimorado rotineiramente, contemplando as inovações normativas e alterações jurisprudenciais. Com esse trabalho, Fenavist e Contrasp repetem a parceria de sucesso, que tem proporcionado grandes benefícios à atividade, criando um ambiente cada vez mais profissional e economicamente sustentável.

Para ter acesso ao manual,
basta acessar o site da
Federação
www.fenavist.org.br





Ataques às Escolas no Brasil: Análise do Fenômeno e Recomendações para a Ação Governamental

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro *Ataques às Escolas no Brasil: Análise do Fenômeno e Recomendações para a Ação Governamental*, desenvolvido e publicado pelo Ministério da Educação.

Sinopse: A violência é um aspecto presente ao longo da história, mas sua interpretação varia conforme o tempo, o lugar e o contexto sociocultural, o que a torna dinâmica na sociedade.

Atualmente, devido à tecnologia e às redes sociais, há maior percepção da violência, o que acarreta uma sensação de insegurança constante, além de estimular copycat crimes (“crimes imitadores”, “crimes de imitação” ou “crimes por imitação”), tornando-a uma ameaça crescente na contemporaneidade.

A escola, por sua vez, é um espaço fundamental na vida social, destinado ao ensino e aprendizado, além do desenvolvimento da cidadania dos alunos. É também um ambiente onde se estabelecem relações sociais complexas e peculiares, influenciadas por fatores sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. No entanto, essas relações nem sempre são harmoniosas.

Os ataques contemporâneos às escolas exibem uma série de elementos que se combinam em sua constituição. Entre eles, a motivação quase sempre se fundamenta no desejo de vingança e ressentimento em relação à sociedade e ao ambiente escolar. A busca por notoriedade também está presente, manifestada por um desejo desenfreado de reconhecimento público por parte dos perpetradores, que veem nos ataques escolares uma maneira de obter atenção social. Por isso, há desejo de documentar o ataque e controlar a narrativa do crime, frequentemente facilitado pelo uso de câmeras de vídeo nas escolas, por erros na cobertura da mídia e pela disseminação e exposição dos ataques nas plataformas de mídia social e na Internet.

“Como gestores de riscos de segurança, precisamos identificar tecnicamente o contexto de cada instituição de ensino, avaliar corretamente os riscos de cada escola para propor medidas mitigatórias eficientes e eficazes!” Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 3.500 títulos já publicados.

A ECONOMIA, SUAS FASES E VARIÁVEIS POLÍTICAS



Flávio Sandrini
Vice-Presidente Nacional
da Fenavist e Presidente
do Sesvesp

Os ciclos econômicos, didaticamente, se apresentam em quatro fases distintas: expansão, pico, contração e recuperação. O difícil, para todos, é a identificação de quando começa e termina cada fase. Quem consegue identificar esses momentos, faz bons investimentos e se prepara para a próxima fase, melhorando os próprios negócios.

Essas fases, bem como as variáveis políticas de cada uma delas, também podem determinar as ações do Banco Central, no que diz respeito a taxas de juros e controle da inflação. Quando o período de expansão se aproxima do pico, acontece o “desgaste” econômico. O mercado se aquece, os fornecedores não conseguem aumentar sua produção, o preço sobe e há possibilidade de iniciar o aumento de juros e aperto econômico.

Nessa etapa, o dinheiro é destinado à compra de títulos prefixados, garantindo uma boa remuneração do capital. O Brasil já atingiu o topo das taxas de juros e começa a dar sinais de baixa contínua, a não ser que outras variáveis surjam.

Vivemos as guerras da Ucrânia e agora no Oriente Médio, a economia norte-americana apresentando-se como um paradoxo, baixo nível de desempregos e inflação com juros altos, principalmente por excesso de gastos públicos e muita flutuação política, a economia da China já não cresce como antes, reduzindo suas importações, mas tudo isso já não interfere mais no mercado brasileiro, já foi precificado pela economia. A alta do preço do petróleo no mercado internacional e a manutenção de seu preço no Brasil fazem supor que, a qualquer momento, teremos um reajuste significativo dos combustíveis. Este, embora previsto, é algo que vai repercutir negativamente em termos inflacionários, na economia brasileira, uma vez que não pode ser “precificado” com antecedência. Sabemos que vai acontecer, mas não quando, de que forma nem em que percentuais.

O dinheiro especulativo “surfa” nessas ondas, inclusive podendo deixar o mercado nacional e ir para países que ofereçam melhores condições econômicas e, principalmente, segurança jurídica.

Necessitamos saber que o fato de o mercado estar bem, apresentando, embora tímidos, crescimentos, não significa que assim continuará no futuro.

O “Arcabouço Fiscal” em tramitação, também com a variável política, é absolutamente imprevisível, tanto que ainda não podemos avaliar seu impacto no setor de serviços. Sabemos que haverá aumento dos impostos, mas não de quanto, que muita coisa está sendo deixada para a “lei regulamentadora”, ainda não existente, e que, em alguns casos, a transição do atual sistema para o “futuro” poderá ser feita em até dez anos, mas não sabemos quais serão as regras.



“As decisões a tomar devem se basear em estudos prévios, com boa assessoria, responsabilidade e, sobretudo, sabendo que estamos falando de negócios, e eles não existem sem riscos”

Como isso gera insegurança jurídica, conforme já dito, o investimento é sempre postergado, ficando à espera do “pós-bomba fiscal”, que irá atingir a todos, com maior ou menor intensidade, mas, seguramente, a todos.

Muitos fatores, embora possam ser previstos, outros não, assim como o novo regramento tributário e suas consequências, novas regulações do mercado, escândalos, a falência de grandes grupos empresariais e, até mesmo, as invenções baseadas na Inteligência Artificial, que evoluem “assustadoramente” e geram a obsolescência dos empregos existentes, alguns desses, simplesmente, serão extintos.

No cenário de instabilidade, surgem, em paralelo, novas oportunidades.

Nestes momentos é que devemos ser prudentes, tanto em aplicações financeiras quanto nos negócios. “Ler” o momento é muito importante, mais que isso, “prever” o futuro é absolutamente necessário.

Depois de passada essa fase, surgirão os “engenheiros” de obras prontas, com falas que irão desde “eu não avisei?”, “por que você foi entrar num mercado desconhecido?” até “Viu? Eu não falei que este era o caminho certo?!”.

As decisões a tomar devem se basear em estudos prévios, com boa assessoria, responsabilidade e, sobretudo, sabendo que estamos falando de negócios, e eles não existem sem riscos.



TST X STF



Éder Machado Leite

Advogado, Mestre em Direito e sócio do escritório Costa Couto Advogados Associados

O debate público tem propagado que o Supremo Tribunal Federal (STF) está em rota de colisão com o Tribunal Superior do Trabalho (TST). A base da questão jurídica está nas decisões proferidas pela Corte Suprema sobre o Tema 725 de Repercussão Geral, ao julgar a ADPF 324 e a ADC 48. A origem desse conflito estaria na procedência de sucessivas Reclamações Constitucionais¹ propostas por empresas por decisões do TST que superam as novas formas de contratação² e reconhecem a existência de vínculo empregatício, protegido pelas regras da CLT.

A tese fixada pelo Supremo estabelece que: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”.

Conforme se verifica, o tema remonta aos tempos em que se debatia a constitucionalidade da terceirização de atividades-fim das empresas, até então vedada pela Súmula 331/TST. E foi com fundamento nos artigos 2º, 5º, II, XXXVI, LIV e LV e 97 da Constituição Federal que o Supremo pacificou tanto a possibilidade de terceirizar a atividade-fim quanto a constitucionalidade de outras formas de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas.

E nisso está o cerne da questão: constitucionalidade de outras formas de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas. Com base nesse ponto da tese fixada, as decisões do TST têm sido cassadas

¹A Reclamação Constitucional é instrumento processual destinado à preservação da competência dos Tribunais, no caso do STF, e à garantia da autoridade de suas decisões.

²Esse conceito é adotado como os contratos de prestação de serviços firmados com plataformas digitais de transportes e entregas de mercadorias, franquias de serviços odontológicos, franquias de seguros etc.

pelas decisões de procedência das Reclamações Constitucionais.

Nesse sentido, haveria um efetivo choque de visões? Haveria um embate entre a Suprema Corte brasileira e o Tribunal Superior do Trabalho? Esse embate é jurídico ou político-ideológico?

Alguns debatedores indicam que sim e que o movimento do Supremo tenderia a combater uma suposta visão político-ideológica dos ministros do TST. Entretanto, é possível dizer que essa conclusão é precipitada.

Não é raro que o Supremo reveja decisões adotadas pela Justiça do Trabalho, especialmente pela Corte Superior Trabalhista, para averiguar os critérios de conformidade com os preceitos constitucionais. O STF, enquanto instância soberana para deliberar sobre a constitucionalidade, deve ser o último a decidir sobre o respeito às normas contidas na Constituição Federal. Isso, ainda que o TST possa e deva decidir segundo os preceitos normativos constitucionais.

Por esse ângulo, é preciso pesquisar para verificar se as reformas e cassações empreendidas pelo Supremo tendem a simplesmente reformar decisões da Justiça Trabalhista que conferem maior proteção aos empregados ou se as modificações se endereçam a corrigir a interpretação das normas constitucionais.

Em 2021, o STF manteve entendimento do TST, proferido no Incidente de Recursos Repetitivos³ 1757-68.2015.5.06.0371 (Tema Repetitivo 15), preservando tese jurídica que confere maior proteção aos empregados da ECT que realizam a coleta e distribuição externa de correspondências em motocicletas. Segundo o entendimento mantido, há o direito de

³Segundo o artigo 927, inciso III, do CPC, os precedentes proferidos em regime de Repetitivos é de observação obrigatória pelos Tribunais, em todas as suas instâncias de julgamento.

receber, cumulativamente, o adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa (AADC) e o adicional de periculosidade específico para trabalhadores motociclistas.

Em agosto de 2023, o STF concluiu julgamento da ADI 6188, iniciado em junho de 2021. Nessa ação, declarou-se a inconstitucionalidade da norma contida na Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que exigia quórum de 2/3 para que os Tribunais do Trabalho aprovassem ou revisassem súmulas ou enunciados de jurisprudência. Conforme se observa, a norma declarada inconstitucional visava restringir o poder e a capacidade da Justiça Trabalhista para fixar decisões jurídicas orientadoras de entendimento. Por meio dessa decisão, o Supremo garantiu a preservação das prerrogativas constitucionais do TST, a despeito da existência de um movimento político que pretendia limitar as prerrogativas constitucionais da Corte Superior Trabalhista.

Em setembro de 2023, o STF suspendeu os efeitos de decisão do TST, proferida em agosto de 2022, também no regime de Incidente de Recurso Repetitivo (87226.2012.5.04.0012), que fixou, entre outras coisas, a tese de que “os procedimentos previstos na norma regulamentar [...] devem ser cumpridos em todas as hipóteses de dispensa com ou sem justa causa e apenas em casos excepcionais [...] é que poderá ser superada”. Nesse caso específico, o STF sinaliza tendência em não concordar com a interpretação dada pelo TST aos artigos 3º, inciso I, 5º, caput e inciso XXXVI, 7º, caput, da Constituição Federal. Dessa forma, restringe proteções contra a despedida de funcionários do caso concreto.

Percorrendo esse sucinto caminho, constata-se que não são incomuns decisões do STF que, ao melhor interpretar as normas constitucionais, conferem maior proteção aos empregados, em detrimento do que o TST vinha decidindo. Também não são incomuns decisões que mantêm a decisão e a interpretação dada pela Corte Superior Trabalhista às normas constitucionais e infraconstitucionais. E há, como acontece agora, decisões que cassam o entendimento do TST sobre um tema específico. Entretanto, o que se deve verificar é que as divergências são fruto da interpretação conferida aos dispositivos normativos e não a uma ideologia político-social que orienta as possíveis consequências das decisões judiciais.

Apesar de alguns excessos, todos censuráveis, tanto o STF quanto o TST têm cumprido com seus papéis.

Não há efetivamente, pelo histórico das decisões, um combate político-ideológico enfrentado entre o Supremo e o TST. Prova disso é o equilíbrio verificado de exemplos recentes listados acima.

Pode-se afirmar, portanto, que as prerrogativas de cada Tribunal, conforme estabelecidas pelos artigos 102 e 114 da Constituição Federal, parecem estar preservadas, apesar das críticas nas anulações indiscriminadas que afastam o vínculo de emprego em toda e qualquer situação. Nesse caso específico, a tendência é alcançar um equilíbrio nas análises jurídicas à medida que os ministros forem se pronunciando sobre os casos em julgamento.

Para tratar do tema específico que alimenta as Reclamações Constitucionais, constata-se a necessidade de as decisões do STF observarem que as novas formas de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas devem preservar suas características intrínsecas, sob pena de o debate público vir a acusar que o suposto viés político-ideológico do TST foi consumido por um outro viés político-ideológico de um ou alguns ministros do STF.

Com efeito, nos contratos de prestação de serviços de entrega, o caso concreto deve conter autonomia e possibilidade de prestar serviços a pessoas distintas. Para os contratos de franquia, os requisitos de autonomia empresarial (ainda que mitigada para atender às regras do franqueador), pagamento de royalties pelo franqueado e autonomia devem igualmente estar presentes no suporte fático do caso concreto.

Não se trata, portanto, de uma simples análise jurídica em abstrato, centrada em crenças ou ideologias. O suporte fático que orienta a incidência das normas jurídicas, constitucionais ou legais, será o verdadeiro indicador da interpretação que resolverá os casos concretos. Se os contornos do caso concreto informarem fraude ao direito, isso deve ser combatido, independentemente da possibilidade de o direito permitir qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas. O cuidado que se deve ter, portanto, é preservar a possibilidade de a Justiça Trabalhista aplicar o direito segundo as hipóteses do suporte fático do caso concreto, a fim de que se garanta a salvaguarda das funções constitucionais de cada uma dessas Cortes, sem que isso implique espaço para uma visão meramente formal do direito que permita que fraudes sejam perpetradas.



Fenavist reúne jurídicos da Segurança Privada

Ocorreu na manhã do dia 9 de novembro, em Brasília, mais um encontro dos jurídicos de sindicatos estaduais e empresas associadas à Fenavist. Na pauta de discussão temas como a Lei da Aprendizagem, o Estatuto da Segurança Privada e a Nova Lei de Licitações.

Fenavist realiza Assembleia Geral Extraordinária em Goiânia

A Fenavist realizou, na manhã do dia 10 de outubro, em Goiânia, na sede do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO), a Primeira Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes de 2023. O Estatuto da Segurança Privada e a Reforma Tributária foram temas debatidos no evento.



A Assembleia da Federação fez parte da Solenidade de inauguração da Galeria Sebastião Divino de Souza do Sindesp-GO.



Diretoria da Fenavist se reúne em Santa Catarina

No dia 19 de outubro, houve, em Blumenau-SC, a 8ª Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist. Entre os temas discutidos, estiveram o Estatuto da Segurança Privada, a Reforma Tributária, Convenções Coletivas de Trabalho, a Lei da Aprendizagem e os Prêmios Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional.



Fenavist discute Lei da Aprendizagem com o ministro do Trabalho

O vice-presidente nacional da Fenavist, Flavio Sandrini, e o vice-presidente da Federação para Assuntos Jurídicos, Jacymar Daffini Dalcamini, se reuniram, no dia 4 de outubro, com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir a aplicação da Lei da Aprendizagem na segurança privada.

Durante o encontro, os representantes da Fenavist tomaram conhecimento de que está sendo formado um novo grupo de trabalho no ministério para discutir e deliberar sobre o tema.

Sindesp-PR e Seac-PR promovem curso sobre as Inovações da Lei de Licitações

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), juntamente com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná (Seac-PR), promoveram, nos dias 28 e 29 de agosto, o curso "Inovações da Lei de Licitações - Lei nº 14.133/2021".

O curso foi realizado no auditório do Seac-PR e ministrado pelo Dr. Edgar Guimarães, especialista na área.



Sindesp-BA inicia negociações da CCT 2024

Foi dada a largada para as Negociações da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024 entre os sindicatos patronal e laborais do segmento de segurança privada na Bahia.

A reunião aconteceu no dia 7 de novembro, na sede do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (Sindesp-BA), com a presença de diversos representantes dos sindicatos, incluindo o presidente da entidade, Paulo Cruz, e o diretor-superintendente Reinaldo Bitencourt.

SEMEEESP orientou a contratação de escolta armada na black friday

No mês de novembro de cada ano o mercado de Escolta Armada é aquecido pela Black Friday, que se comemora sempre na última sexta-feira do mês. Para as mercadorias estarem disponíveis nas lojas, tem-se a fase de produção e, posteriormente, a de distribuição, e esses produtos saem dos centros de distribuição. Com isso, existe a concentração de risco quando mercadorias de alto valor agregado são transportadas em determinado caminhão/carreta.

O sindicato orientou os fabricantes e embarcadores a se atentarem para cuidados adicionais como escolher bem a transportadora, checar seus motoristas, avaliar a tecnologia embarcada, ter um plano de gerenciamento de risco, gerenciar riscos, além da contratar uma empresa de Escolta Armada, autorizada pelo Ministério da Justiça e fiscalizada pela Polícia Federal. O SEMEESP orientou, ainda, que os contratantes façam uma visita técnica comercial à empresa de segurança, positivando a condição de atendimento. E ressaltou que, quando a empresa também é associada ao sindicato da categoria, isso mostra que certamente está atenta às exigências.

Sindesp-RS realiza reunião com associadas

Na tarde do último dia 10 de outubro, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS) realizou, no Escritório Flowork, reunião empresarial com as associadas e representadas. Para esse encontro, a entidade contou com o apoio dos parceiros SODEXO, hoje PLUXEE e VIGICRED.

Pelo time PLUXEE estiveram presentes Kleber Nunes, que brindou os participantes com o tema Felicidade no Trabalho, Camila Tendhal, Isis de Camargo, Valéria Suris e Sueli Quaresma, e pela VIGICRED, Fábio Fries. A reunião teve como objetivo atualizar as empresas sobre questões trabalhistas e negociações coletivas com o Dr. Mario Farinon e sobre Reforma Tributária, com o Dr. César Levorse, ambos assessores jurídicos do Sindesp-RS.



Já a parte de negócios ficou a cargo de Camila Tendhal, Isis de Camargo e Fábio Fries, que falaram sobre benefícios e soluções para as empresas nas áreas de Alimentação, Vale-Transporte, Seguro de Vida em Grupo e Crédito Consignado. O evento contou, ainda, com a ilustre presença do delegado da Delesp/RS, Marcelo Picarelli, que trouxe a palestra "Meu Olhar sobre a Segurança Privada".

Palestras marcam AGE do Sindesp-GO

Em 11 de outubro, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO) iniciaram o dia com um café da manhã para os participantes da AGE das duas entidades. O evento foi marcado por duas palestras. A primeira, com Emerson Tokarski: Vendas e Atendimento 4.0 – Como Vender Mais e Melhor. A segunda apresentação ficou a cargo de Giordano Adjuto: Atualização Trabalhista – Inovações Legais que Impactam as Rotinas de RH/DP, Gestão e Advocacia.

Na mesma ocasião, com intuito de otimizar custos para os associados, a reunião contou com presença de parceiros de negócios como a TOTVS, que falou sobre a maneira de garantir eficiência operacional na terceirização com o uso da tecnologia, e o Sicoob-Secovicred, que discorreu sobre a Cooperativa de Crédito das Empresas de Goiás.



Diretoria do Sindesp-MG se reúne com o senador Carlos Viana para discutir o Estatuto da Segurança Privada

A diretoria do Sindesp-MG se reuniu com o senador Carlos Viana, no dia 2 de outubro, em um almoço, no Automóvel Clube, na capital mineira para tratar da necessidade de os parlamentares entenderem a urgência da aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Durante o encontro, os principais pontos do projeto que substituirá a obsoleta Lei nº 7.102/83, promulgada há mais de 40 anos, foram apresentados ao senador Carlos Viana pelo presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto, e por diretores presentes ao encontro.

Na oportunidade, o senador Carlos Viana se comprometeu a estudar a atual situação do Estatuto, levantar em seu departamento jurídico os principais pontos a serem trabalhados e voltar a falar com a diretoria do Sindicato o mais breve possível, visando a possíveis avanços.

Durante a reunião, o senador foi informado sobre o número exorbitante de empresas que exercem a atividade sem autorização da Polícia Federal.

Além disso, a diretoria do Sindesp-MG informou ao senador que recentemente o coordenador-geral de Controle e Serviços e Produtos, Cristiano Campidelli, defendeu a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Campidelli ressaltou que a legislação atual não permite que a PF combata a clandestinidade de forma efetiva.

Por fim, a diretoria do Sindicato explicou ao parlamentar que a segurança clandestina causa prejuízos aos cofres públicos e que é necessário o apoio de parlamentares à aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Presidente do Sindesp-RJ representa segurança privada em evento na Câmara dos Deputados

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ), Frederico Camara, participou, em Brasília, do evento Realidade da Indústria, Comércio e Serviços no Sudeste. Ao lado da deputada estadual Tia Ju (Republicanos-RJ) e da deputada federal Maria Rosas (Republicanos-SP), compartilhou ideias para fortalecer ainda mais o segmento da Segurança Privada.





Anderson Matheus Castelo Branco

Segurança no Sangue

Aos 32, o advogado Anderson Matheus Castelo Branco já dedicou quase um quarto de toda a vida à segurança privada. Atuando desde 2016 no segmento, é o executivo do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí (Sindesp-PI).



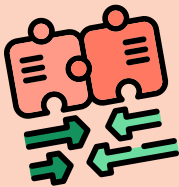
Anderson conta que a segurança está no sangue. “Com parte da família vinculada à segurança pública, a conexão com a segurança foi estabelecida desde cedo, culminando com a atuação direta no setor de segurança privada a partir do ano de 2016.”

Ao ingressar no segmento, o executivo do Sindesp-PI trouxe uma bagagem muito importante. “Antes de atuar diretamente na segurança privada, exercia advocacia privada nas áreas empresarial, trabalhista e previdenciária”, conta.



Experiência é fundamental para desenvolver as atividades dentro do sindicato. “Os executivos exercem o importante papel de estruturar, coordenar e difundir a atividade sindical e a segurança privada dentro de cada estado, proporcionando o compartilhamento de ideias e soluções, bem como a identificação de eventuais irregularidades e desafios a serem enfrentados pelo setor”, explica.

Destaca ainda que a atividade sindical permite o intercâmbio de ideias, informações, problemáticas e soluções, com uma atuação harmônica, uniforme e coesa diante dos desafios empresariais do segmento.



Ao analisar o presente e o futuro da atividade, Anderson destaca o papel da integração. “O atual momento da segurança privada é de transição, deixando de ser uma atividade eminentemente operacional e tornando-se uma operação integrada às soluções tecnológicas e aos outros setores, inclusive à segurança pública. Para o futuro, entendo que devemos avançar cada vez mais rumo ao setor de prevenção, com especial enfoque nas ações de inteligência e mitigação de riscos.”

Teila Rocha da Silva

Dama de Ferro da Segurança Patrimonial



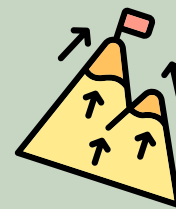
Empresária de sucesso, sim, mas, antes de tudo, uma mãe dedicada. Ao responder às perguntas da coluna, Teila Rocha da Silva, 52 anos, faz questão de citar os filhos Dandhara, Lucas e Diogo. Bacharel em Ciências Contábeis com MBA em Gestão Empresarial e Negócios, Teila é uma especialista em gestão de crises.

Em 1996, fundou o Grupo SVA. Onze anos depois, em 2007, estendeu a atividade para o setor de segurança privada. Com atuação forte no segmento, recebeu o codinome de Dama de Ferro da Segurança Patrimonial. O trabalho também já lhe rendeu diversos prêmios e homenagens. “O start veio de um cliente que me despertou, por existir uma necessidade em seu estabelecimento e a ausência de mão de obra qualificada para dirimir os problemas dele. Com isso, descobri que tem a ver com meu propósito proteger pessoas e seus bens patrimoniais, transformar vidas por meio da geração de empregos, e a oportunidade de desenvolver pessoas e suas habilidades, e, assim, contribuir para uma sociedade mais segura”, conta.

Vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos de Segurança Rural Adjunta e atuante no Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES), a empresária defende a atuação sindical. “A classe sindical patronal desempenha um papel crucial no segmento de segurança privada, pois representa os interesses e direitos de nossa classe. Atua como voz coletiva dos interesses das empresas diante dos interesses da classe sindical dos trabalhadores, tem o poder de fazer representação perante os governos e autoridades reguladoras. Pode promover medidas legislativas e garantir que mudanças políticas governamentais e regulamentações sejam específicas aos interesses dos setores de segurança privada. E promove network entre as empresas do mesmo setor e de outros setores”, explica

Teila define o atual momento da segurança privada como de grandes desafios. Para ela, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e de uma reforma tributária justa são fundamentais para o setor. “Além disso, traz maior segurança jurídica para trabalhadores, permitindo uma relação de trabalho mais harmoniosa. A flexibilização das jornadas de trabalho e a criação de novas modalidades de contratação ampliam as oportunidades de emprego e reduzem a informalidade.”

Para o futuro, a empresária aposta na integração do homem com as tecnologias emergentes, com a inteligência artificial, aprendizado de máquina e automação, que continuarão a desempenhar um papel crucial na segurança privada. Também destaca o papel social da atividade. “Importante ressaltar a importância da sustentabilidade e responsabilidade social, pois as empresas de segurança privada podem começar a enfatizar práticas sustentáveis e com responsabilidade social, atendendo às expectativas crescentes dos clientes por organizações éticas e socialmente responsáveis.”



SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas Nº 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindespal@gmail.com
 Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br
 Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av.Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
 Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
 Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindespadm@terra.com.br
 Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br
 Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
 CEP: 65020-251
 Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindespma@bol.com.br
 Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP:58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
 Telefone : (86)2106-0924
 E-mail: anapaula.alves@grupocetseg.com.br
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354
 E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
 CEP: 59078-400
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindesprn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
 CEP: 76828-870
 Telefone: (69)3226-6269
 E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
 CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172
 E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
 Presidente: Silvío Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3214-6593
 E-mail: sindespto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
 Telefone: (95) 3224 8109
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



Fique ligado na nossa **Agenda**

JANEIRO

- **DIA 30**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist
Deliberação Conselho Gestor acerca dos premiados do Prêmios Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional e Estadual

MARÇO

- **DIA 1**

35 anos da Fenavist

- **DIAS 12 E 13**

40° Geasseg, Brasília-DF

- **DIA 13 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Brasília-DF

Reunião dos Jurídicos de Sindesps, Brasília-DF

- **DIA 13 – Período da Noite**

Festa de 35 anos da Fenavist e Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional

ABRIL

- **DIA 17**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

MAIO

- **DIA 15**

Reunião da Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Brasília-DF

JUNHO

- **DIA 4 – Período da Tarde**

Assembleia Geral Ordinária do INASEP (prestação de contas 2023), Brasília-DF

- **DIA 5 – Período da Manhã**

Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (prestação de contas 2023), Brasília-DF

AGOSTO

- **DIAS 21 A 25**

Enesp Região Centro-Oeste 2024, Campo Grande-MS

- **DIA 23 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026), Campo Grande-MS

SETEMBRO

- **DIAS 25 a 27**

ISC Brasil 2024, São Paulo-SP

- **DIA 25**

Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026), São Paulo-SP

OUTUBRO

- **DIA 16**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

NOVEMBRO

- **DIA 26 - Período da Tarde**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria com os parceiros do INASEP, Brasília-DF

- **DIA 27 - Período da Manhã**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026)

DIA 27 – Período da Noite

Confraternização de Final de ano da Fenavist

DEZEMBRO

- **DIAS 23/12 A 01/01**

Férias Coletivas da Fenavist

Anuncie aqui!



**SUA
EMPRESA
COM
DESTAQUE**

 **REVISTA
Fenavist**
Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Contato Comercial:
(61) 3327-5440
fenavist@fenavist.org.br

R E M E T E N T E